



RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS 2013



Sede: Avenida Fernão Magalhães, 1862 13º – 4350-158 Porto
Capital social: 79.649.000 €
Matriculada na 2ª Conservatória do Registo Comercial do Porto com o nº 51.372
NIPC: 500 246 467

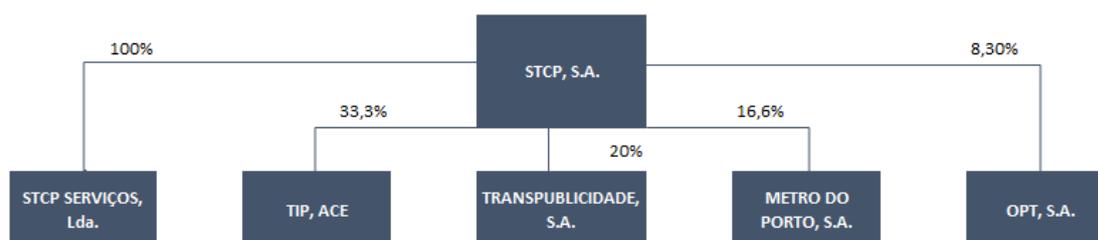
Índice

1	Relatório de Gestão.....	3
1.1	CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIAIS	3
1.2	EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO EM 2013	5
1.2.1	Principais Acontecimentos.....	5
1.2.2	Evolução da Atividade	6
1.2.3	Identificação dos Principais Riscos do Grupo.....	10
1.2.4	Perspetivas 2014.....	11
1.3	MODELO DE GOVERNO.....	12
1.3.1	Identificação dos Órgãos Sociais da STCP, S.A.....	12
1.3.2	Atribuições de cada membro do Conselho de Administração	13
1.3.3	Remunerações dos Órgãos Sociais	14
1.4	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	19
1.4.1	Resultados Operacionais	19
1.4.2	Resultados Financeiros e Resultados Líquidos	20
1.4.3	Evolução Patrimonial.....	21
2	Anexo ao Relatório de Gestão	22
3	Demonstrações Financeiras Consolidadas	23
3.1	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	23
3.2	NOTAS RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	29
4	Declaração de Conformidade da Informação Financeira Apresentada.	71
5	Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas .	72
6	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	76

1 Relatório de Gestão

1.1 Caracterização das participações sociais

A STCP, S.A. tem as seguintes participações sociais:



A atividade de cada uma das empresas participadas é apresentada resumidamente no quadro seguinte:

Designação Social	Capital social (10 ³ €)	Participação detida pela STCP, S.A.		Atividade
		valor (10 ³ €)	%	
Subsidiárias				
STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal Lda.	100	100	100%	Atividades de operador turístico e transporte terrestres, urbanos e suburbanos, de passageiros.
Associadas				
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	30	10	33,30%	Gestão de bilhética de transportes.
Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.	200	40	20%	Exploração de toda e qualquer publicidade em veículos e instalações.
Outras participadas				
Metro do Porto, S.A.	7.500	1.245	16,60%	Transporte urbano e local por metropolitano.
OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, SA	300	25	8,33%	Desenvolvimento de projetos de I&D na área dos transportes coletivos, desenvolvendo soluções informáticas avançadas para a gestão e otimização de sistemas de transportes.

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A (STCP, S.A.) detém 100% da participação da STCP Serviços, sendo assim a única entidade que participa na gestão desta empresa.

A atividade do grupo STCP está consubstanciada na STCP, S.A., pois a STCP Serviços cessou a atividade operacional no primeiro trimestre de 2012.

Assim, a visão detalhada do grupo e o resultado das suas operações estão traduzidos no Relatório e Contas individuais da STCP, S.A..

Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. (STCP, S.A.)

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, Decreto-Lei nº 202/94, de 23 de julho, cujo objeto principal é a exploração do transporte público rodoviário coletivo de passageiros na Área Metropolitana do Porto (AMP) e acessoriamente a exploração de atividades complementares ou subsidiárias daquele objeto.

O Estado Português é o acionista único da STCP, sendo a função acionista exercida pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, em articulação com o membro do Governo responsável setorial, ou seja, o Ministério das Finanças em articulação com o Ministério da Economia e do Emprego.

Na STCP o modelo de governo monista latino é composto por um Conselho de Administração e dois órgãos de fiscalização, o Conselho Fiscal e uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - SROC.

A STCP, como principal operador de serviço público da AMP, de uma forma socialmente responsável, colabora ativamente para o desenvolvimento sustentável da região e das populações que serve.

STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal Lda. (STCP, Serviços)

Empresa detida a 100% pela STCP, SA. Em 2008 alterou o seu objeto social para poder operar, gerir, e explorar o transporte público em autocarro ou carro elétrico, organizar e vender viagens e outros produtos turísticos.

Foi decidido, na reunião do Conselho de Administração a 22 de dezembro de 2011, ata 55/2011 ponto 6.2.2, a cessação da atividade operacional com efeito a 29 de fevereiro de 2012.

1.2 Evolução do Negócio em 2013

1.2.1 Principais Acontecimentos

Data	Evento
janeiro	Aumento médio de tarifas de 0,9%. Descontinuidade do tarifário monomodal da STCP, com exceção das assinaturas rede geral e do agente único
fevereiro	Início da operação da linha 700 "Bolhão - Campo"
fevereiro	Operação especial de fiscalização com apoio da PSP
abril	65º Aniversário da inauguração da primeira carreira de autocarros da STCP
abril	Assinatura de memorando de entendimento com sindicatos e comissão de trabalhadores
maio	XXIII Desfile de carros elétricos históricos e celebração do dia Internacional dos Museus, no Museu do Carro Elétrico
maio	Início de programa de ginástica laboral para pessoal tripulante
maio e junho	Realização de serviços especiais: Queima das Fitas, Optimus Primavera Sound, Serralves em Festa e S. João
junho	Introdução da identificação da zona andante de cada paragem e de alerta de fim de zona na informação audiovisual, no interior dos autocarros
junho	Bilhete "PORTO PREMIUM 3 EM 1", novo produto turístico integrado criado pelos parceiros Carristur, STCP e Metro do Porto, que permite viajar nos elétricos, funicular e circuitos turísticos da CarrisTur
junho	Assembleia Geral Anual da STCP, S.A.
setembro	STCP e METRO juntos pelo crescimento do transporte, integrando o movimento global lançado na Semana da Mobilidade pela UITP (International Association of Public Transport) caracterizado por uma campanha mundial a favor da mobilidade sustentável
outubro	Auditoria de acompanhamento do segundo triénio das certificações do Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho
dezembro	Festa de Natal conjunta com a Metro do Porto e cerimónia de homenagem aos colaboradores da STCP que completaram 25 anos de serviço

1.2.2 Evolução da Atividade

Principais Indicadores de Atividade	unid	2010	2011	2012	2013	13-12	13/12
Efetivo do Grupo STCP a 31 de dezembro [1]							
Efetivo Total	nº	1.520	1.337	1.262	1.231	-31	-2%
Pessoal Tripulante [2]	nº	1.004	903	886	860	-26	-3%
% Pessoal Tripulante	%	66%	68%	70%	70%	-0,3 pp	-0,5%
Rede STCP, SA							
Concelhos Servidos	nº	6	6	6	6	0	0,0%
Extensão da Rede	km	546	522	485	480	-4	-0,9%
Paragens	nº	2.720	2.651	2.458	2.461	3	0,1%
Linhas em Exploração	nº	85	81	73	72	-1	-1,4%
Autocarro	nº	82	78	70	69	-1	-1,4%
Carros Elétrico	nº	3	3	3	3	0	0,0%
Frota de Serviço Público	nº	494	473	481	480	-1	-0,2%
Autocarros	nº	489	468	475	474	-1	-0,2%
Carros Elétricos	nº	5	5	6	6	0	0,0%
Procura [3]							
Passageiros	10 ³	95.906	95.407	85.062	78.675	-6.387	-7,5%
Passageiros km	10 ³	332.998	330.993	307.643	284.882	-22.761	-7,4%
Percurso Médio por Passageiro	km	3,47	3,47	3,62	3,62	0,00	0,1%
Oferta [3]							
Veículos km	10 ³	25.832	24.617	22.826	22.655	-171	-0,8%
Lugares km	10 ³	2.301.371	2.230.460	2.080.154	2.054.399	-25.755	-1,2%
Horas	10 ³	1.627	1.570	1.468	1.446	-22	-1,5%
Velocidade Média	km/h	15,9	15,7	15,6	15,7	0,11	0,7%
Taxa de Ocupação	%	14,5%	14,8%	14,8%	13,9%	-0,9 pp	-6,2%
Desempenho Operacional [3]							
Receita [4]	10³ €	42.672	44.162	45.010	45.166	156	0,3%
Receita / Passageiro	cent. €	44,5	46,3	52,9	57,4	4,5	8,5%
Receita / Passageiro km	cent. €	12,8	13,3	14,6	15,9	1,2	8,4%
Receita / Lugar km	cent. €	1,85	1,98	2,16	2,20	0,03	1,6%
Gastos Operacionais [5]	10³ €	64.981	59.181	55.058	54.581	-476	-0,9%
Gasto Operacional / Passageiro	cent. €	67,8	62,0	64,7	69,4	4,6	7,2%
Gasto Operacional / Passageiro km	cent. €	19,5	17,9	17,9	19,2	1,3	7,1%
Gasto Operacional / Lugar km	cent. €	2,82	2,65	2,65	2,66	0,01	0,4%
Taxa de Cobertura	%	66%	75%	82%	83%	1%	1%

[1] Não inclui Órgãos Sociais nem trabalhadores requisitados.

[2] Motoristas e Guarda-Freios.

[3] Dados expurgados dos efeitos dos contratos de exploração (produção subcontratada) e inexistentes a 31.12.2013.

[4] Receita de tarifário inclui compensação de tarifário andante, valores sem IVA.

[5] Gastos Operacionais sem depreciações, provisões, imparidades, ajustamentos, componente financeira do leasing operacional e indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

Procura

A STCP transportou 78,7 milhões de passageiros em 2013, menos 7,5% (-6,4 milhões) do que no ano anterior.

Considerando a procura proveniente da produção contratada, residual em 2013 e inexistente no final do ano, no montante de 1,7 milhões de passageiros, a procura global da STCP atingiu os 80,4 milhões de passageiros, em 2013.

A informação sobre a procura, cuja evolução é a indicada no quadro seguinte, salvo quando expressamente mencionado exclui a produção contratada:

Procura	unid	2010	2011	2012	2013	13-12	13/12
Total STCP							
Passageiros	10 ^{^3}	95.906	95.407	85.062	78.675	-6.387	-7,5%
Passageiros km	10 ^{^3}	332.998	330.993	307.643	284.882	-22.761	-7,4%
Percurso Médio por Passageiro	km	3,47	3,47	3,62	3,62	0,00	0,1%
Produção Autocarro contratada							
Passageiros	10 ^{^3}	13.315	12.982	8.699	1.746	-6.953	-80%
Passageiros km	10 ^{^3}	55.669	53.616	40.769	9.198	-31.571	-77%
Percurso Médio por Passageiro	km	4,18	4,13	4,69	5,27	0,58	12%
Total STCP com produção contratada							
Passageiros	10 ^{^3}	109.220	108.389	93.761	80.421	-13.340	-14%
Passageiros km	10 ^{^3}	388.666	384.609	348.413	294.081	-54.332	-16%
Percurso Médio por Passageiro	km	3,56	3,55	3,72	3,66	-0,06	-1,6%

Principais justificações para a diminuição anual de 7,5% da procura:

- Nos termos do Despacho Normativo n° 1/2012, de 27 de janeiro, seriam descontinuadas as assinaturas vigentes e demais títulos monomodais, com exceção do Agente Único, a partir de 1 de janeiro 2013. No entanto, o Despacho Normativo n° 24-B/2012, de 19 de dezembro, suspendeu aquela medida no que respeita às assinaturas STCP nas modalidades Rede Geral.
A integração global na rede intermodal Andante veio permitir uma maior transferência de passageiros entre os diferentes modos de transporte, contribuindo assim para um aumento generalizado das condições de mobilidade, situação essa que afetou negativamente a procura da STCP;
- De referir ainda que ao longo de 2013 foi prosseguida uma política de racionalização da oferta, com ajustamentos adicionais de horários e frequências, para rentabilização dos recursos disponíveis;
- Acrescente-se a difícil conjuntura económica registada na AMP, com elevado índice de desemprego, que para além de contribuir para a redução de deslocações, poderá potenciar também a fraude.

O carro elétrico, assumindo claramente uma vertente turística, registou um aumento de passageiros de 6,9% (+25 mil passageiros), representando 0,5% da procura total em 2013.

Passageiros por Tarifário e Título de Transporte

A 1 de janeiro entrou em vigor, nos termos do Despacho Normativo nº 24-B/2012, o novo tarifário refletindo um aumento médio ponderado de 0,9%.

Apresenta-se no quadro seguinte a evolução dos passageiros por tipologia de tarifário de título de transporte:

Passageiros	unid	2010	2011	2012	2013	13-12	13/12
Tarifário							
Tarifário Intermodal	10 ^{^3}	35.865	39.707	42.843	64.873	22.030	51%
Tarifário Monomodal	10 ^{^3}	60.040	55.700	42.219	13.802	-28.417	-67%
% Tarifário Intermodal	%	37%	42%	50%	82%	32 p.p	64%
Título							
Assinaturas	10 ^{^3}	77.096	77.352	67.756	62.280	-5.476	-8,1%
Títulos Ocasionais [1]	10 ^{^3}	14.561	14.239	14.377	13.579	-798	-5,6%
Agente Único	10 ^{^3}	4.249	3.817	2.929	2.817	-113	-3,8%
Passageiros	10 ^{^3}	95.906	95.407	85.062	78.675	-6.387	-7,5%

[1] inclui diários e especiais.

O tarifário intermodal andante foi utilizado por 82% dos passageiros no ano, o que representa cerca de 65 milhões de validações, mais 51% do que no ano anterior.

As assinaturas foram utilizadas por cerca de 79% dos passageiros, registando contudo uma redução de 8,1%, -5,5 milhões de passageiros, relativamente a 2012.

O Agente Único, título de venda a bordo, registou um decréscimo de 3,8%, menos 113 mil títulos.

Receita do Serviço de Transporte

A receita em 2013 atingiu os 45,2 milhões de euros, registando um aumento de 156 mil euros, + 0,3%, face ao 2012.

Incluindo a receita proveniente da produção contratada, no montante aproximado de 1 M€, ou seja residual em 2013, a receita da STCP atingiu os 46,2 milhões de euros.

De notar que no final do ano, já não havia qualquer produção contratada.

A informação sobre a receita, cuja evolução é indicada nos quadros seguintes, salvo quando expressamente mencionado exclui a produção contratada:

Receita [1]	unid	2010	2011	2012	2013	13-12	13/12
Total STCP	10 ^{^3} €	42.672	44.162	45.010	45.166	156	0,3%
Produção Autocarro contratada	10 ^{^3} €	6.494	6.455	4.882	1.036	-3.846	-79%
Total STCP com produção contratada	10 ^{^3} €	49.166	50.617	49.892	46.202	-3.690	-7,4%

[1] Sem IVA. Inclui compensação tarifária.

Apesar da procura em 2013 ter apresentado uma variação de -7,5%, a receita registou um ligeiro aumento de 0,3%, explicado pelo aumento tarifário que ocorreu no início de 2013, mas sobretudo pelo incremento da utilização do tarifário intermodal por parte dos clientes em detrimento do tarifário monomodal.

Receita por Tarifário e Título de Transporte

Receita [1]	unid	2010	2011	2012	2013	13-12	13/12
Tarifário							
Tarifário Intermodal	10 ³ €	15.775	18.380	21.493	35.382	13.888	65%
Tarifário Monomodal	10 ³ €	26.897	25.782	23.517	9.785	-13.733	-58%
% Tarifário Intermodal	10 ³ €	37%	42%	48%	78%	31 p.p	64%
Título							
Assinaturas	10 ³ €	26.133	27.336	27.699	28.386	687	2,5%
Títulos Ocasionais [2]	10 ³ €	10.597	11.094	12.351	11.998	-353	-2,9%
Agente Único	10 ³ €	5.942	5.733	4.961	4.783	-178	-3,6%
Receita [1]		42.672	44.162	45.010	45.166	156	0,3%

[1] Sem Iva, incluindo compensações relativas ao tarifário social Andante.

[2] Inclui diários e especiais.

A quebra de procura nas assinaturas registou uma variação de menos 8,1%, no entanto no que respeita à receita, registou-se um acréscimo neste grupo de títulos de transporte, de 2,5% (cerca de 687 mil euros). As assinaturas representaram cerca de 63% da receita total, o agente único 11% e os restantes 26% respeitaram aos títulos ocasionais.

A receita intermodal atingiu os 78% do total no ano, cerca de mais 31 p.p. do que em 2012.

O carro elétrico, de carácter turístico, registou um aumento de receita de 27%, representando 1,3% da receita total em 2013.

Oferta

A oferta da STCP atingiu 22,7 milhões de veículos km em 2013, apresentando uma redução de 171 mil veículos km face a 2012, i.e. menos 0,8%.

Considerando a produção contratada, residual em 2013 no montante de 802 mil veículos km, a oferta global da STCP atingiu os 23,5 milhões de veículos km.

A informação sobre a oferta, cuja evolução é indicada no quadro seguinte, exclui a produção contratada, salvo quando o contrário for expressamente mencionado:

Oferta	unid	2010	2011	2012	2013	13-12	13/12
Total STCP							
Veículos km	10 ³	25.832	24.617	22.826	22.655	-171	-0,8%
Lugares km	10 ³	2.301.371	2.230.460	2.080.154	2.054.399	-25.755	-1,2%
Horas	10 ³	1.627	1.570	1.468	1.446	-22	-1,5%
Lotação Média	lugares	89	91	91	91	0	-0,5%
Velocidade Média	km/h	15,9	15,7	15,6	15,7	0,1	0,7%
Taxa de Ocupação	%	14,5%	14,8%	14,8%	13,9%	-0,9 pp	-6,2%
Produção Autocarro contratada							
Veículos km	10 ³	4.016	4.046	2.905	802	-2.103	-72%
Lugares km	10 ³	305.872	308.409	225.614	64.971	-160.643	-71%
Lotação Média	lugares	76	76	78	81	3	4,3%
Taxa de Ocupação	%	18,2%	17,4%	18,1%	14,2%	-3,9 pp	-22%
Total STCP com produção contratada							
Veículos km	10 ³	29.848	28.663	25.731	23.457	-2.274	-8,8%
Lugares km	10 ³	2.607.242	2.538.869	2.305.768	2.119.370	-186.398	-8,1%
Lotação Média	lugares	87	89	90	90	1	0,8%
Taxa de Ocupação	%	14,9%	15,1%	15,1%	13,9%	-1,2 pp	-8,2%

A variação da produção, de -0,8%, é justificada pelos ajustamentos nos horários e frequências realizados ao longo do ano de 2013, para rentabilização dos recursos.

No que respeita à produção total, própria mais contratada, é de realçar que a STCP atingiu em 2012, fruto de reestruturações sucessivas da oferta ao longo dos anos, o objetivo fixado no Plano Estratégico dos Transportes de 25,7 milhões de veículo km, tendo partido em 2010 de uma produção de 29,8 milhões de veículos km.

A velocidade média comercial foi em 2013 de 15,7 Km/h, tendo registado uma ligeira melhoria e contrariado assim a tendência decrescente verificada nos últimos anos.

Os lugares km apresentaram uma redução de 1,2% devido à diminuição da oferta em 0,8% e a uma maior racionalização da utilização da frota em função da procura, i.e. redução da afetação de viaturas de maior capacidade, em determinados horários.

A taxa de ocupação foi de 13,9% em 2013, apresentando uma diminuição de 0,9 p.p. em comparação com o ano anterior, resultado da diminuição de 7,4% dos passageiros km e de 1,2% dos lugares km.

Em 2013, o carro elétrico representou 0,5% da oferta total.

1.2.3 Identificação dos Principais Riscos do Grupo

Principais riscos identificados:

- Inexistência de contratualização de Serviço Público
- Aumento do regime concorrencial nas linhas
- Ineficácia do regime de fiscalização relativamente à exclusividade de exploração do transporte público pela STCP, na cidade do Porto
- Inexistência de solução para o reequilíbrio económico-financeiro
- Instabilidade dos mercados financeiros
- Instabilidade dos mercados petrolíferos aos quais estão indexados os principais consumos da empresa

A gestão de riscos tem como objetivo garantir o crescimento sustentado do negócio e salvaguardar o valor da STCP através da adoção das melhores práticas.

A gestão de riscos está implementada na STCP de uma forma transversal, específica consoante o tipo de risco, através da sua política de gestão integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, cabendo a todos os colaboradores a responsabilidade de reduzir os fatores de risco, minimizando o seu impacto e identificando, sempre que possível, oportunidades de melhoria.

1.2.4 Perspetivas 2014

Para 2014, perspectiva-se a melhoria dos resultados operacionais e do EBITDA, através das seguintes medidas:

- Inversão da tendência histórica da procura, prevendo-se um crescimento relativamente a 2013.
- Manutenção dos esforços de ajustamento da oferta em 2014, face a 2013, e descontinuação dos serviços para os quais existam alternativas de transporte mais eficiente.
- Redução dos custos com pessoal pela adequação do quadro de pessoal às necessidades de uma empresa eficiente e da atualização dos Acordos de Empresa concordantes com a situação da mesma e do país.
- Eliminação das redundâncias nos serviços e aproveitamento de sinergias pela fusão da STCP com a Metro do Porto, S.A..
- Obtenção de receitas extraexploração através da geração de receitas fora da atividade central da empresa e alienação de ativos não afetos à exploração.

Em 2014 será lançado o concurso de subconcessão da operação da STCP. A abertura à iniciativa privada será definida através do modelo de concessão da atividade de operação e exploração do serviço de transporte público e tem por objetivo introduzir no sector uma maior focagem da gestão empresarial, na contenção de custos e na atração de novos clientes.

1.3 Modelo de Governo

O Estado Português é o acionista único da STCP, sendo a função acionista exercida pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, em articulação com o membro do Governo responsável setorial, ou seja, ao Ministério das Finanças em articulação com o Ministério da Economia.

Na STCP o modelo de governo monista latino é composto por um Conselho de Administração e dois órgãos de fiscalização, o Conselho Fiscal e uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SROC, de acordo com o definido nos estatutos da Empresa.

1.3.1 Identificação dos Órgãos Sociais da STCP, S.A.

Mandato 2012 - 2014

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição
Conselho de Administração		
Presidente Não Executivo	João Velez Carvalho	10-08-2012
Vogal Executivo	André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	29-06-2012
Vogal Executivo	Alfredo César Vasconcellos Navio	29-06-2012
Vogal Não Executivo	António José Lopes	10-08-2012

Mandato 2009 -2011

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição
Mesa da Assembleia Geral		
Presidente	Rui de Carvalho Araújo Moreira (*)	06-04-2009
Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	06-04-2009
Secretário	Carlos Maria Rocha Pinheiro Torres	06-04-2009
Conselho Fiscal		
Presidente	Pedro Romano Martinez	06-04-2009
Vogal Efectivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	06-04-2009
Vogal Efectivo	Maria Manuela Marques Lima (**)	06-04-2009
Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	06-04-2009
Revisor Oficial de Contas		
	António Magalhães & Carlos Santos, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	09-09-2009
	Representada por Carlos Alberto Freitas dos Santos, ROC nº 177	

(*) Apresentou renúncia ao cargo a 14 outubro de 2013

(**) Apresentou pedido de cessação do cargo a partir de 1 dezembro de 2013

Por Deliberação Social Unânime por Escrito, de 29 de junho de 2012, efetuada ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, foram eleitos os seguintes membros para o Conselho de Administração da STCP:

- Vogal Executivo: Dr. André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira
- Vogal Executivo: Dr. Alfredo César Vasconcellos Navio

Por Deliberação Social Unânime por Escrito, de 10 de agosto de 2012, efetuada ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, foram eleitos os seguintes membros para integrarem o Conselho de Administração da STCP:

- Presidente Não Executivo: Dr. João Velez Carvalho
- Vogal Não Executivo: Dr. António José Lopes

Dois dos quatro membros do Conselho de Administração da empresa têm funções executivas e os dois restantes, funções não executivas e nenhum auferir qualquer remuneração suplementar por funções desempenhadas nas empresas participadas.

Os restantes Órgãos Sociais foram eleitos no Mandato 2009-2011 e mantiveram-se em funções.

A Comissão de Fixação de Remunerações foi abolida na reunião da Assembleia Geral da STCP de 18 de junho de 2013.

1.3.2 Atribuições de cada membro do Conselho de Administração

Presidente Não Executivo – Dr. João Velez Carvalho

Exerce funções não executivas. Acompanha e avalia continuamente a gestão da empresa por parte dos demais gestores, com vista a assegurar a prossecução dos objetivos estratégicos da empresa, a eficiência das suas atividades e a conciliação dos interesses dos acionistas com o interesse geral. Responsável pelas decisões estratégicas relativas a Recursos Humanos.

Vogal Executivo – Dr. André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação direta do Serviço de Secretariado Geral e Apoio ao Conselho de Administração, Departamento de Marketing, Gabinete de Controlo de Gestão e Auditoria, Gabinete de Informática e Comunicações, Departamento Administrativo e Financeiro e Gabinete de Projetos e Estratégia.

Representa a STCP no Conselho de Administração na empresa participada Transportes Intermodais do Porto, ACE (TIP-ACE) e é o gerente da STCP SERVIÇOS – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda..

Vogal Executivo – Dr. Alfredo César Vasconcellos Navio

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação direta do Departamento de Operações, Departamento de Desenvolvimento Organizacional, Gabinete de Segurança e Ambiente, Unidade de Manutenção da Frota, Unidade do Carro Elétrico e Museu.

Representa a STCP no Conselho de Administração nas empresas participadas OPT – Optimização e Planeamento de Transportes, S.A. e TRANSPUBLICIDADE – Publicidade em Transportes, S.A..

Vogal Não Executivo – Dr. António José Lopes

Exerce funções não executivas. Acompanha e avalia continuamente a gestão da empresa por parte dos demais gestores, com vista a assegurar a prossecução dos objetivos estratégicos da empresa, a eficiência das suas atividades e a conciliação dos interesses dos acionistas com o interesse geral. Responsável pelo acompanhamento do Controlo de Gestão Planeamento e decisões de carácter estratégico. Representante para o Sistema Integrado de Gestão e Qualidade.

1.3.3 Remunerações dos Órgãos Sociais

Estatuto Remuneratório

Mandato 2012/2014

Conselho de Administração

A Deliberação Social Unânime Por Escrito de 29 de junho de 2012, fixa as remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do Estatuto de Gestor Público, na redação dada pelo DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, da RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro, e da RCM nº 36, de 26 de março:

- Vogais Executivos: Valor ilíquido: 3.662,56 €, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 1.465,02 €.

A estes valores ilíquidos serão aplicadas as reduções de 5% e 10%, respetivamente, nos termos do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010 e do artigo 19º, nº1, alínea c) e nº 9, alínea c) da Lei nº 55-A/2010, pelo que os valores serão:

Vogais Executivos: Valor líquido: 3.131,49 €, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 1.252,60 €.

A estas remunerações serão aplicadas outras reduções que vierem legalmente a ser determinadas.

- Em cumprimento do preceituado no nº 1 do artigo 21º e no artigo 29º da Lei do OE/2012, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira - PAEF, não há lugar à atribuição de subsídios de férias e de natal, nem de remunerações variáveis de desempenho.

A Deliberação Social Unânime Por Escrito de 10 de agosto de 2012 fixa as remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do Estatuto de Gestor Público, na redação dada pelo DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, da RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro, e da RCM nº 36, de 26 de março:

- Presidente não executivo: Valor ilíquido de 1.144,55 €.
Vogal Não executivo: Valor ilíquido de 915,64 €.

Porém, refere que os membros agora eleitos não auferem qualquer remuneração em virtude de serem remunerados na Metro do Porto, S.A., enquanto administradores executivos.

Determina que aos valores ilíquidos sejam aplicadas as reduções de 5% e 10%, respetivamente, nos termos do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, e do artigo 19º, nº1, alínea c) e nº 9, alínea q) da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro e da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, ou outras reduções que venham legalmente a ser estabelecidas.

- Em cumprimento do preceituado no nº 1 do artigo 21º e no artigo 29º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, durante a vigência do PAEF, não há lugar à atribuição de subsídios de férias e de natal, nem de remunerações variáveis de desempenho.

Foi deliberado na Assembleia-Geral da STCP, realizada a 18 de junho de 2013, sobre política de remunerações dos Órgãos Sociais da STCP, ponto quinto, o seguinte:

- Em cumprimento do preceituado no artigo 37º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, declara-se que durante a vigência do PAEF, não haverá lugar a atribuição de prémios de gestão. O pagamento do subsídio de férias será efetuado nos moldes que vierem a ser definidos no orçamento retificativo e o subsídio de natal é pago mensalmente, por duodécimos. As remunerações a auferir efetivamente pelos membros do Conselho de Administração não podem exceder os montantes atribuídos à data de 01-03-2012, data de entrada em vigor da RCM nº 16/2012.

Na supracitada Assembleia-Geral da STCP, ponto oitavo, foi ainda deliberado que “Os membros executivos do Conselho de Administração auferem as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios”:

- Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;
- O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no nº 3 do artigo 33º da EGP;
- Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder € 80,00, nos termos do disposto nos nºs 3 e 4 do artigo 32º da EGP.

Não é permitida:

- A atribuição de subsídio de refeição de valor superior ao fixado na Portaria nº 1553-D/2008, de 31 de dezembro, alterada pela Portaria nº 1458/2009, de 31 de dezembro, conforme o previsto no nº 1 do artigo 39º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro;
- A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 32º do EGP;
- O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no nº 2 do artigo 32º do EGP.

Mandato 2009/2011

Fixado pela Ata nº 1 de 29 de junho de 2009 da Comissão de Fixação de Remunerações da STCP.

Mesa da Assembleia-Geral

Presidente – Senha de Presença no valor de € 615,98 euros (seiscentos e quinze euros e noventa e oito cêntimos).

Vice-Presidente – Senha de Presença no valor de € 466,56 euros (quatrocentos e sessenta e seis euros e cinquenta e seis cêntimos).

Secretário – Senha de Presença no valor de € 334,14 euros (trezentos e trinta e quatro euros e catorze cêntimos).

Conselho Fiscal

Presidente:

Remuneração mensal líquida correspondente a 20% da remuneração mensal líquida atribuída ao Presidente do Conselho de Administração paga 14 vezes por ano.

Vogais:

Remuneração mensal líquida correspondente a 15% da remuneração mensal líquida atribuída ao Presidente do Conselho de Administração paga 14 vezes por ano.

No ano de 2013, para efeitos de cálculo, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, teve por base o estatuto remuneratório do Presidente do Conselho de Administração Executivo, fixado pela RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro (€ 6.409,48), após as reduções remuneratórias impostas pela Lei nº 12-A/2012 de 30 de junho e Lei do OE/2013, pelo que a base de incidência foi de € 5.480,11.

Revisor Oficial de Contas

Por deliberação unânime por escrito tomada pelo acionista Estado em 9 de setembro de 2009, sob proposta do Conselho Fiscal, foi eleita como Revisor Oficial de Contas da STCP, S.A., para o triénio 2009/2011, a Sociedade António Magalhães e Carlos Santos, S.R.O.C., representada pelo Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas ficou fixada em quinze mil e seiscentos euros de honorários, a pagar em duodécimos mensais de mil e trezentos euros, tendo-se procedido à formalização do respetivo contrato.

Em 2013 foi aplicada a redução remuneratória com base na Lei OE/2013.

Remunerações e outras regalias

Mandato (Início - Fim) ⁽³⁾	Cargo	Nome	Estatuto Remuneratório Fixado (€) ⁽¹⁾	Remuneração Anual (€)		
				Bruta ⁽²⁾	Reduções (Lei OE)	Bruta após Reduções
2009-2011	Presidente	Rui de Carvalho Araújo Moreira ⁽⁴⁾	616	616	0	616
2009-2011	Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	467	467	0	467
2009-2011	Secretário	Carlos Maria Rocha Pinheiro Torres	334	334	0	334

(1) - Valor da Senha de presença fixada

(2) - Antes das reduções remuneratórias

(3) - Eleitos para o Mandato 2009 -2011, mantendo-se em funções

(4) - Apresentou renúncia ao cargo com efeitos a partir de 14 de outubro de 2013

Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Doc	Data
2012-2014	Presidente Não Executivo	João Velez Carvalho	DUE ⁽¹⁾	10-Ago-12
2012-2014	Vogal Executivo	André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	DUE ⁽²⁾	29-Jun-12
2012-2014	Vogal Executivo	Alfredo César Vasconcellos Navio	DUE ⁽²⁾	29-Jun-12
2012-2014	Vogal Não Executivo	António José Lopes	DUE ⁽¹⁾	10-Ago-12

(1) - Deliberação Social Unânime por Escrito de 10 de agosto de 2012

(2) - Deliberação Social Unânime por Escrito de 29 de junho de 2012

Nome	EGP			
	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas Representação
João Velez Carvalho [1]	Sim	C	1.145	0
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	Sim	C	3.663	1.465
Alfredo César Vasconcellos Navio	Sim	C	3.663	1.465
António José Lopes [1]	Sim	C	916	0

[1] - Não auferem qualquer remuneração em virtude de serem remunerados na Metro do Porto, S.A., enquanto Administradores Executivos

EGP - Estatuto do Gestor Público

Nome	Remuneração Anual (€)					
	Variável	Fixa *	Outra	Redução Lei 12-A/2010	Redução (Lei OE)	Bruta após Reduções
João Velez Carvalho [1]	0	0	0	0	0	0
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	0	68.856	0	3.443	6.462	58.952
Alfredo César Vasconcellos Navio	0	68.856	0	3.443	6.462	58.952
António José Lopes [1]	0	0	0	0	0	0

[1] - Não auferem qualquer remuneração em virtude de serem remunerados na Metro do Porto, S.A., enquanto Administradores Executivos

* Inclui: remuneração + despesas de representação

Nome	Sub. Refeição	Benefícios Sociais (€)				
		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de acidentes Pessoais
		Identificar	Valor			
João Velez Carvalho [1]	0			0	0	203
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	1.680	Segurança social	15.243	0	0	175
Alfredo César Vasconcellos Navio	1.681	CGA	12.887	0	0	175
António José Lopes [1]	0			0	0	175

[1] - Não auferem qualquer remuneração em virtude de serem remunerados na Metro do Porto, S.A., enquanto Administradores Executivos

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
João Velez Carvalho [1]		0	
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	80	499	
Alfredo César Vasconcellos Navio	80	780	Foi debitado o valor excedido do plafond mensal atribuído
António José Lopes [1]		0	

[1] - Não auferem qualquer remuneração em virtude de serem remunerados na Metro do Porto, S.A., enquanto Administradores Executivos

Nome	Viatura atribuída	Encargos com Viaturas							
		Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade ⁽¹⁾	Ano Início	Ano Termo	Nº Prestações	Valor da Renda Mensal	Valor Anual
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	Sim	Sim	38.513	ALD	2009	2014	48	851	10.215
Alfredo César Vasconcellos Navio	Sim	Sim	44.332	ALD	2010	2014	48	913	10.951

ALD-Contrato de Aluguer de Veículo Automóvel sem Condutor

Nome	Plafond mensal definido combustivel e portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				Observações
		Combustivel	Portagens	Outras Reparções	Seguro	
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	366	1681	75	0		
Alfredo César Vasconcellos Navio	366	2682	360	574		

Foi dado cumprimento ao disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

- À utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa – os membros do Conselho de Administração não têm cartão de crédito atribuído.
- O reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal – não se efetuou reembolsos de despesas neste âmbito.

Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim) ⁽²⁾	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal)(€)
			Doc ⁽¹⁾	Data	
2009-2011	Presidente	Pedro Romano Martinez	AG	06-04-2009	1.096
2009-2011	Vogal Executivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	AG	06-04-2009	822
2009-2011	Vogal Executivo	Maria Manuela Marques Lima ⁽³⁾	AG	06-04-2009	822

(1) - Assembleia Geral realizada em 6 de abril de 2009 (ata nº 45, ponto 7)

(2) - Eleitos para o Mandato 2009 -2011, mantendo-se em funções

(3) - Apresentou pedido de cessação do cargo, com efeitos a 1 de dezembro de 2013

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruta	Reduções (Lei OE)	Bruta após Reduções
Pedro Romano Martinez	15.344	0	15.344
Ana Alexandra Filipe Freitas	11.508	0	11.508
Maria Manuela Marques Lima	11.371	0	11.371

Revisor Oficial de Contas

Mandato (Início - Fim) ⁽²⁾	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Remuneração (€)		Nº de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número	Doc ⁽¹⁾	Data	Limite Fixado	Contratada	
2009-2011	Revisor Oficial de Contas	António Magalhães e Carlos Santos, S.R.O.C.	53	DUE	09-09-2009		1.300	2

(1) - Deliberação Unânime por Escrito tomada pelo acionista Estado em 9 de setembro de 2008.

(2) - Eleito para o Mandato 2009-2011, mantendo-se em funções.

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruta	Reduções (Lei OE)	Bruta após Reduções
António Magalhães e Carlos Santos, S.R.O.C.	15.600,00	1.560,00	14.040,00

Auferiu adicionalmente pelo trabalho de revisão de contas consolidadas, o valor de 4.189€, após a aplicação da Lei nº 66-B/2012, por não existir órgão de fiscalização nem ROC nas demais empresas do Grupo além da STCP, S.A.

1.4 Análise Económica e Financeira

1.4.1 Resultados Operacionais

Resultados Operacionais Consolidados (10 ³ €)	2010	2011	2012	2013	13-12	13/12
Rédito das vendas e dos serviços prestados	49.803	51.198	50.167	46.321	-3.845	-7,7%
Outros rendimentos e ganhos operacionais	22.133	21.457	13.695	14.695	1.000	7,3%
Rendimentos Operacionais	71.936	72.655	63.862	61.017	-2.845	-4,5%
Materiais e serviços e inventários consumidos e vendidos	34.076	34.152	32.270	26.188	-6.081	-19%
Gastos com o pessoal	40.536	37.409	31.051	31.504	453	1,5%
Gastos depreciação e de amortização, provisões e imparidades	5.663	5.565	9.633	8.403	-1.230	-13%
Outros gastos e perdas operacionais	1.313	766	1.548	883	-664	-43%
Gastos Operacionais	81.589	77.892	74.501	66.979	-7.523	-10%
Resultados Operacionais	-9.653	-5.238	-10.640	-5.962	4.678	44%

Os resultados operacionais foram de -6 milhões de euros, representando uma melhoria de 44% face a 2012. Apesar da diminuição dos rendimentos operacionais em cerca de 2,9 milhões de euros, registou-se uma descida dos gastos operacionais em cerca de 7,5 milhões de euros.

1.4.2 Resultados Financeiros e Resultados Líquidos

Resultados Financeiros e Líquidos Consolidados (10 ^{^3} €)	2010	2011	2012	2013	13-12	13/12
Resultados Operacionais	-9.653	-5.238	-10.640	-5.962	4.678	44%
Rendimentos Financeiros	265	638	270	12.844	12.575	4659%
Gastos Financeiros	28.467	48.835	63.568	21.641	-41.927	-66%
Resultados Financeiros	-28.202	-48.196	-63.298	-8.797	54.501	86%
Resultados Líquidos	-37.896	-53.470	-74.025	-14.799	59.226	80%
Varição Justo Valor SWAP	-20.065	-34.031	-42.269	12.592	54.861	130%
Resultados Financeiros sem Varição Justo Valor SWAP	-8.137	-14.165	-21.029	-21.389	-360	-1,7%
Resultados Líquidos sem Varição Justo Valor SWAP	-17.831	-19.439	-31.756	-27.391	4.365	14%

Os resultados financeiros em 2013 foram negativos em 8,8 milhões de euros, representando uma melhoria de 86% face ao ano anterior, devido aos ganhos por aumento de justo valor com instrumentos financeiros derivados.

Em 2013, os resultados financeiros sem swap, no montante de -21,4 milhões de euros, agravaram 1,7% face a 2012.

Em 2013 registou-se uma melhoria de 59 milhões de euros no resultado líquido face ao ano anterior, tendo-se obtido o resultado de 15 milhões de euros negativos.

Instrumentos de Gestão de Risco Financeiro – IGRF

A empresa detinha desde 2007 duas operações de cobertura de risco de taxa de juro, cada uma correspondendo a 25% do valor nominal do empréstimo obrigacionista de 100 milhões de euros, emitido no mesmo ano, celebradas com o BNP Paribas e com o Banco Santander Totta, com maturidades em Junho de 2022.

Em 9 de maio de 2013, a STCP, tendo por base instruções recebidas da Tutela, procedeu ao cancelamento antecipado da operação existente com o BNP Paribas, pelo valor negociado entre as partes (IGCP, E.P.E. e BNP Paribas) de 7.865.000,00 de euros, tendo esta operação sido validada pelo Despacho nº 970/13-SET de 11 de maio.

Em 31 de dezembro de 2013 a empresa detinha em carteira a operação de cobertura de taxa de juro com o Banco Santander Totta, S.A. cujo justo valor era de -95.069.619,25 euros (este valor incluiu os juros vencidos e não pagos, no montante de 2.438.641,83 euros). Esta operação foi objeto de uma ação judicial interposta pela instituição de crédito através do Tribunal de Comércio de Londres, em 10 de maio 2013, com o objetivo de pedir o reconhecimento da legalidade do contrato de derivado celebrado com a STCP, S.A. Com base nos fundamentos jurídicos de nulidade do contrato, o Conselho de Administração, com autorização da Tutela, deliberou a desvinculação do cumprimento das obrigações que do contrato decorrem. Assim, a STCP suspendeu o pagamento de todas as obrigações decorrentes do contrato em litígio.

1.4.3 Evolução Patrimonial

Estrutura da Demonstração Financeira Consolidada (10 ^{^3} €)	2010	2011	2012	2013	13-12	13/12
Ativo não corrente	100.423	94.889	86.156	79.981	-6.175	-7,2%
Ativo corrente	11.863	14.083	7.303	10.480	3.176	43%
Total do ativo	112.286	108.972	93.459	90.461	-2.998	-3,2%
Capital próprio	-278.077	-331.547	-408.727	-423.686	-14.959	-3,7%
Passivo não corrente	283.003	317.399	358.199	215.328	-142.871	-40%
Passivo corrente	107.359	123.120	143.988	298.819	154.831	108%
Total do passivo	390.362	440.519	502.187	514.147	11.960	2,4%
Total do capital próprio e do passivo	112.286	108.972	93.459	90.461	-2.998	-3,2%

Em 2013, o ativo reduziu 3 milhões de euros (-3,2%) face a 2012.

O passivo registou um aumento em 2013 de 12 milhões de euros (+2,4%) em comparação com 2012.

O aumento do endividamento remunerado foi de 6,8%, o que excede o limite de endividamento de 4%, estabelecido no Despacho da SETF n.º 510/2010, de 1 de junho.

Em 2013 o Capital Próprio atingiu 424 milhões de euros negativos.

Não existem dívidas em mora ao Estado nem a outros entes públicos, incluindo a Segurança Social.

Porto, 24 de abril de 2014

O Conselho de Administração

Presidente não executivo:

(João Velez Carvalho)

Vogais executivos:

(André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira)

(Alfredo César Vasconcellos Navio)

Vogal não executivo:

(António José Lopes)

2 Anexo ao Relatório de Gestão

Acionistas em 31 de dezembro de 2013

Relação a que se refere o nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais.

Acionista	Número de Ações	% do Capital Social
Estado Português	15.929.800	100%

Porto, 24 de abril de 2014

O Conselho de Administração

Presidente não executivo:

(João Velez Carvalho)

Vogais executivos:

(André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira)

(Alfredo César Vasconcellos Navio)

Vogal não executivo:

(António José Lopes)

3 Demonstrações Financeiras Consolidadas

3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	2013	2012
Ativo não corrente		79.981.140,39	86.156.021,65
Ativos fixos tangíveis	6	73.565.768,24	81.076.423,95
Propriedades de investimento	7	5.245.064,86	3.580.864,86
Outros ativos fixos intangíveis	9	1.018.782,69	1.336.759,78
Participações financeiras pelo método da equivalencia patrimonial	4.2	126.524,60	136.973,06
Participações financeiras pelo método do custo	10	25.000,00	25.000,00
Ativo corrente		10.479.786,73	7.303.400,97
Inventários	11	528.442,63	437.454,56
Clientes	17.4.1.5	2.115.880,77	1.934.495,98
Outras contas a receber	12	7.054.640,78	3.937.626,23
Impostos sobre o rendimento a receber	13	584.431,94	493.495,70
Caixa e seus equivalentes	14	196.390,61	500.328,50
Total do ativo		90.460.927,12	93.459.422,62
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital nominal	23.1	79.649.000,00	79.649.000,00
Reservas não distribuíveis		75.378,27	75.378,27
Reservas distribuíveis		306.305,58	306.305,58
Excedentes de valorização de ativos fixo	23.2	39.809.640,46	40.748.642,03
Ajustamentos ao valor de ativos financeiros		128.543,72	128.543,72
Resultados acumulados		-528.855.620,71	-455.609.745,75
Resultado líquido do período		-14.799.183,72	-74.025.264,53
Total do capital próprio		-423.685.936,40	-408.727.140,68
Passivo			
Passivo não corrente		215.327.654,23	358.198.806,90
Provisões	20	9.261.768,68	6.869.541,69
Outros instrumentos financeiros	16.2	192.176.542,06	332.456.836,24
Responsabilidades por benefícios de reforma	18	397.187,00	986.916,00
Passivos por locação financeira	15.1	13.492.156,49	17.885.512,97
Passivo corrente		298.819.209,29	143.987.756,40
Fornecedores	21	3.897.713,69	4.300.427,06
Empréstimos e descobertos bancários	16.1	156.910.929,16	127.480.347,28
Outros instrumentos financeiros	16.2	124.016.672,10	1.461.549,80
Outras contas a pagar	22	9.585.531,85	6.429.288,56
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	13		5.642,84
Passivos por locação financeira	15.1	4.408.362,49	4.310.500,86
Total do passivo		514.146.863,52	502.186.563,30
Total do capital próprio e do passivo		90.460.927,12	93.459.422,62

O Técnico Oficial de Contas n.º 6622

O Conselho de Administração

Presidente não executivo

Vogais executivos

Vogal não executivo

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2013	2012
RENDIMENTOS E GANHOS			
Rédito das vendas e dos serviços prestados	24	46.321.490,66	50.166.640,33
Outros rendimentos e ganhos operacionais	25	14.694.699,11	13.631.722,66
Varição nos inventários de produtos acabados e em curso	11	581,58	-443,01
Trabalhos para a própria entidade capitalizados		47,54	63.763,23
Ajustamentos positivos e mais-valias de instrumentos financeiros	26	12.595.769,28	
Outros rendimentos e ganhos financeiros	26	248.670,62	269.909,84
Total de Rendimentos e Ganhos		73.861.258,79	64.131.593,05
GASTOS E PERDAS			
Inventários consumidos e vendidos	11	1.341.481,92	1.259.898,26
Materiais e serviços consumidos	27	24.846.569,13	31.009.640,50
Gastos com o pessoal	29	31.503.851,17	31.050.630,25
Gastos de depreciação e de amortização	6,9	5.564.477,95	5.532.302,54
Perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis e suas reversões	6		569.006,42
Aumentos / diminuições de ajustamentos de inventários	11,19	439.857,82	632.639,79
Aumentos / diminuições de provisões	20	2.392.226,99	2.885.939,14
Outros gastos e perdas operacionais	28	872.906,74	1.547.493,80
Aumentos / diminuições de ajustamentos de dívidas a receber	19	6.827,78	13.493,00
Prejuízos imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	4.2	10.448,46	151,28
Ajustamentos negativos e menos-valias de instrumentos financeiros	30	240.700,00	42.578.392,38
Juros e outros gastos e perdas financeiros	30	21.400.755,34	20.989.939,70
Total de Gastos e Perdas		88.620.103,30	138.069.527,06
Resultado antes de impostos		-14.758.844,51	-73.937.934,01
Imposto sobre o rendimento	13	40.339,21	87.330,52
Resultado antes da consideração dos interesses minoritários		-14.799.183,72	-74.025.264,53
Resultado afecto aos Interesses minoritários			
Resultado líquido do período		-14.799.183,72	-74.025.264,53
Resultado por ação	34	-0,93	-4,65

O Técnico Oficial de Contas n.º 6622

O Conselho de Administração

Presidente não executivo

Vogais executivos

Vogal não executivo

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

Dos exercícios findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Montantes expressos em euros)

	Notas	2013	2012
Resultado líquido consolidado do período		-14.799.183,72	-74.025.264,53
Itens que não irão ser reclassificados para resultados:			
Remensuração passivo (ativo) líquido de benefícios definidos	18	-134.282,00	
Excedente de revalorização de activos fixos tangíveis	23.2	-25.330,00	-3.154.813,45
Itens que poderão vir a ser reclassificadas para resultados:			
Outros rendimentos e gastos reconhecidos diretamente em capital próprio		-159.612,00	-3.154.813,45
Total do rendimento integral do período		-14.958.795,72	-77.180.077,98
Atribuível a :			
Accionista da empresa mãe		-14.958.795,72	-77.180.077,98
Interesses minoritários			
		-14.958.795,72	-77.180.077,98

O Técnico Oficial de Contas n.º 6622

O Conselho de Administração

Presidente não executivo

Vogais executivos

Vogal não executivo

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais-Método direto			
Recebimentos de clientes		48.917.427,71	57.887.929,34
Pagamentos a fornecedores		-30.254.637,65	-37.370.583,01
Pagamentos ao pessoal		-25.015.601,44	-25.696.653,11
Fluxo gerado pelas operações		<u>-6.352.811,38</u>	<u>-5.179.306,78</u>
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		-74.931,26	-13.819,64
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		8.470.678,87	9.334.527,20
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		<u>2.042.936,23</u>	<u>4.141.400,78</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis		-74.807,01	-1.159.283,08
Ativos intangíveis		-53.443,50	-68.237,57
Outros ativos		-35.059,01	-377.337,00
		<u>-163.309,52</u>	<u>-1.604.857,65</u>
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		17.700,69	354.901,21
Outros ativos			938,80
Subsídios de investimento			3.560,60
Juros e rendimentos similares		237.823,44	265.618,07
		<u>368.044,80</u>	<u>625.018,68</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		<u>204.735,28</u>	<u>-979.838,97</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		443.524.898,40	218.480.342,83
		<u>443.524.898,40</u>	<u>218.480.342,83</u>
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos		-414.423.036,10	-170.536.342,83
Juros e gastos similares		-26.536.724,99	-21.224.663,71
Outras operações de financiamento		-5.276.725,96	-5.401.280,63
		<u>-446.346.487,05</u>	<u>-197.162.287,17</u>
Fluxos das atividades de financiamento (3)		<u>-2.821.588,65</u>	<u>21.318.055,66</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-573.917,14	24.479.617,47
Caixa e seus equivalentes no início do período		-7.094.620,14	-31.574.237,61
Caixa e seus equivalentes no final do período	14	-7.668.537,28	-7.094.620,14

O Técnico Oficial de Contas n.º 6622

O Conselho de Administração

Presidente não executivo

Vogais executivos

Vogal não executivo

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

Dos exercícios findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em euros)

	Capital nominal	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Excedente de valorização de ativos fixos	Ajustamentos ao valor de ativos financeiros	Resultados acumulados	Resultado líquido do período	SUB-TOTAL	Interesses minoritários	Total capital próprio
Posição em 01.01.2013	79.649.000,00	75.378,27	306.305,58	40.748.642,03	128.543,72	-455.609.745,75	-74.025.264,53	-408.727.140,68		-408.727.140,68
Realização do excedente de valorização de ativos fixos				-913.671,57		913.671,57				
Transferências						-74.025.264,53	74.025.264,53			
Rendimento integral:										
Resultado líquido do período							-14.799.183,72	-14.799.183,72		-14.799.183,72
Aumentos / diminuições no excedente de valorização de ativos fixos				-25.330,00				-25.330,00		-25.330,00
Remensuração do passivo (ativo) líquido de benefícios definidos						-134.282,00		-134.282,00		-134.282,00
Total do rendimento integral do exercício:				-25.330,00		-134.282,00	-14.799.183,72	-14.958.795,72		-14.958.795,72
Posição em 31.12.2013	79.649.000,00	75.378,27	306.305,58	39.809.640,46	128.543,72	-528.855.620,71	-14.799.183,72	-423.685.936,40		-423.685.936,40
Rendimento integral:										
Resultado líquido do período							-74.025.264,53	-74.025.264,53		-74.025.264,53
Aumentos / diminuições no excedente de valorização de ativos fixos				-3.154.813,45				-3.154.813,45		-3.154.813,45
Remensuração do passivo (ativo) líquido de benefícios definidos										
Total do rendimento integral do exercício:				-3.154.813,45			-74.025.264,53	-77.180.077,98		-77.180.077,98
Posição em 31.12.2012	79.649.000,00	75.378,27	306.305,58	40.748.642,03	128.543,72	-455.609.745,75	-74.025.264,53	-408.727.140,68		-408.727.140,68

O Técnico Oficial de Contas n.º 6622

O Conselho de Administração

Presidente não executivo

Vogais executivos

Vogal não executivo

3.2 Notas Relativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Montantes expressos em euros)

1. Nota Introdutória

O Grupo STCP era constituído em 31 de dezembro de 2013 e 2012 pela STCP, S.A. e pela STCP Serviços Transportes Urbanos Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.

Sociedade de transportes colectivos do Porto, S.A.

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. foi instituída pelo decreto-lei nº 202/94 de 23 de julho, como sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, tendo sucedido à empresa Serviço de Transportes Colectivos do Porto, criada pelo Decreto-Lei n.º 38144, de 30 de dezembro de 1950. A sua sede é na Avenida Fernão de Magalhães, 1862 - 13º piso, no Porto.

Tem como principal atividade o transporte coletivo público rodoviário de passageiros em regime de exclusividade dentro dos limites do concelho do Porto, e no regime geral de concorrência nos concelhos limítrofes - Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia – integrados na Área Metropolitana do Porto. Explora preponderantemente o modo autocarro e, residualmente, o modo carro elétrico.

Durante o exercício de 2013 a empresa cumpriu as orientações preconizadas na Lei 66-B/2012 designadamente quanto à redução remuneratória dos trabalhadores e à contenção de despesas e do investimento.

Pelo despacho nº 2429/13-SET à STCP foi-lhe atribuída a autorização para a exceção ao cumprimento do princípio da unidade de tesouraria, atenta a relevância da banca comercial na sua atividade.

Em Outubro de 2013, foi publicado o decreto-lei nº 133/2013, que veio proceder a uma reestruturação do quadro normativo aplicável às empresas públicas de forma a torná-lo mais coerente e abrangente, com vista a submeter a um mesmo regime as matérias nucleares referentes a todas as organizações empresariais direta ou indiretamente detidas pelo estado, de natureza administrativa ou empresarial independentemente da forma jurídica que assumam. Foi assim alargado o âmbito sectorial de aplicação do sector público empresarial e densificado o conceito de empresa pública, ficando a STCP, por força deste normativo, abrangida pelos princípios e regras preconizadas neste diploma.

Em 2013, no âmbito da certificação obtida em Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho, foi realizada a 2ª auditoria de acompanhamento, após obtida a renovação da certificação em 2011, que veio a confirmar um desempenho adequado, atestado pelos níveis de eficácia refletidos nos resultados da revisão efetuada e pelo cumprimento dos objetivos.

STCP Serviços Transportes Urbanos Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.

A STCP SERVIÇOS desenvolvia a operação turística do Carro Eléctrico bem como outras atividades no âmbito do setor turístico.

Após análise da evolução do negócio, concluiu-se não se justificar a manutenção deste ramo de negócio, atendendo a que este poderia ser assegurado através da solução resultante do enquadramento com o serviço público no âmbito da STCP, S.A.

Assim, a partir de nove de março de 2012, decidiu-se cessar a parceria com a Carristur, que desenvolvia na área do turismo, desde junho de 2004.

Durante o ano de 2013 empreenderam-se esforços de resolução de todos os processos administrativos / financeiros que se encontravam pendentes.

2. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram consistentes durante os períodos apresentados e são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, referidas na nota 4.

Os registos foram ajustados no processo de consolidação de forma a estarem de acordo com as políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo e com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS), emitidas pelo International Accounting Standards Committee, e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board, conforme adotadas na União Europeia, em vigor à data da preparação das referidas demonstrações financeiras.

2.2. Princípios de consolidação

2.2.1 Empresas subsidiárias

São consideradas empresas subsidiárias as empresas nas quais a STCP detenha direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto, ou detenha o poder de determinar as suas políticas financeiras e operacionais.

Estas participações são consolidadas pelo método de consolidação integral, sendo a parte de terceiros relativa a capital próprio e resultado líquido apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica Interesses Minoritários. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 4.1.

Na contabilização da aquisição de empresas subsidiárias é utilizado o método da compra.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados e demonstração de fluxos de caixa desde a data da sua aquisição e até à data da sua alienação.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

2.2.2 Empresas associadas

São consideradas empresas associadas as empresas onde a STCP tem uma influência significativa mas não o controlo da gestão, o que acontece quando detêm uma participação entre os 20% e os 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos financeiros em empresas associadas são inicialmente contabilizados pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido do valor

correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial. As participações financeiras são posteriormente ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. Adicionalmente, os dividendos destas empresas são registados como uma diminuição do valor do investimento, e a parte proporcional nas variações dos capitais próprios é registada como uma variação do capital próprio do Grupo.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como diferenças de consolidação e mantidas no valor da rubrica "Participações financeiras pelo método de equivalência patrimonial". Se essas diferenças forem negativas, após reconfirmação do justo valor atribuído, são registadas como ganho do exercício na rubrica "Ajustamentos positivos e mais-valias de instrumentos financeiros".

É efetuada uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como perdas as imparidades que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, registando nesses casos uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

As participações financeiras em empresas associadas encontram-se detalhadas na Nota 4.2.

2.2.3. *Goodwill*

Nas concentrações de atividades empresariais, as diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas subsidiárias e associadas e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são registadas na rubrica do ativo "*Goodwill*" ou mantidas na rubrica "Participações financeiras pelo método da equivalência patrimonial", consoante se refiram a empresas subsidiárias ou a empresas associadas.

O *goodwill* não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. As perdas por imparidade do goodwill constatadas no exercício são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica "Ajustamento negativos e menos valias de instrumentos financeiros: perdas por imparidade de *goodwill*". As perdas por imparidade relativas ao *goodwill* não são revertidas.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e associadas e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis (incluindo passivos contingentes) dessas empresas à data da sua aquisição, se negativas, são reconhecidas como proveito na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis.

2.3 Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor à data das transações e as vigentes na data dos pagamentos ou recebimentos, ou à data do balanço, são registadas respetivamente como ganhos e perdas financeiros na demonstração de resultados consolidada do exercício.

2.4. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzidas de amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

Os terrenos e edifícios são subsequentemente registados segundo o modelo de revalorização. Segundo este modelo, o ativo fixo tangível é apresentado pelo seu justo valor à data da revalorização menos as respetivas amortizações acumuladas subsequentes e eventuais perdas de imparidade acumuladas subsequentes.

O justo valor dos edifícios e terrenos foi determinado com base na avaliação efetuada por avaliadores especializados e independentes à data de 31 de dezembro de 2012 (a avaliação anterior reportava a 31 de dezembro de 2009) e será periodicamente revisto ou sempre que existam indícios de que o seu justo valor difere significativamente do valor por que se encontram escriturados os ativos.

As diferenças positivas decorrentes da revalorização são registadas na rubrica "Excedentes de valorização de ativos fixos", exceto se existirem perdas anteriores a serem compensadas, e as diferenças negativas são levadas à demonstração de resultados à rubrica "Perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis", exceto se existirem ganhos anteriores suficientes para absorverem as perdas a reconhecer.

Anualmente procede-se à transferência do excedente de valorização de ativos fixos para resultados acumulados na medida do seu uso, abate ou alienação. Desta forma, o montante do excedente a transferir será a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada revalorizada do ativo e a depreciação baseada no custo original do ativo.

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada Grupo de bens, a partir do início de utilização dos bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

(anos de vida útil)

Rubricas do ativo fixo tangível	Até 1988	1989 e 90	1991 a 01	2002 a 12	2013
Edifícios e outras construções	8 a 100	10 a 100	10 a 50	10 a 50	10 a 50
Equipamento básico	5 a 36	8 a 12	8 a 12	3 a 20	3 a 30
Equipamento de transporte	7 a 25	5 a 12	5 a 12	4 a 12	4 a 12
Ferramentas e utensílios	5 a 56	5 a 10	5 a 10	5 a 10	5 a 10
Equipamento administrativo	6 a 10	3 a 10	3 a 10	3 a 16	3 a 16
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	10	4 a 10	4 a 10

As despesas com reparação e manutenção dos ativos fixos tangíveis são consideradas como custo no exercício em que ocorrem, exceto se os critérios de reconhecimento forem cumpridos. Esta exceção ocorre geralmente quando as beneficiações são de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens, pelo que são adicionados à quantia escriturada do ativo correspondente e amortizados de acordo com a vida útil estimada.

As immobilizações em curso representam ativos fixos ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registadas ao custo de aquisição. Estas immobilizações são transferidas para ativos fixos tangíveis e depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinados como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registados na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e ganhos operacionais" ou "Outros gastos e perdas operacionais".

2.5 Propriedades de investimento

Os terrenos e edifícios detidos para obter rendas, ou para valorização do capital e posterior venda a médio e longo prazo são classificados como propriedades de investimento.

As propriedades de investimento são inicialmente registadas ao custo de aquisição, incluindo todas as despesas imputáveis à compra, e subsequentemente é utilizado o modelo de justo valor.

O justo valor das propriedades de investimento foi determinado com base na avaliação efetuada por avaliadores especializados e independentes à data de 31 de dezembro de 2013 e 2012 (a avaliação anterior reportava a 31 de dezembro de 2009) e será anualmente revisto ou sempre que existam indícios de que o seu justo valor difere significativamente do valor por que se encontra escriturado.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor de propriedades de investimento é reconhecido na demonstração de resultados do exercício em que ocorrem.

2.6 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo e se o Grupo os puder controlar e medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação e desenvolvimento em novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, despesas de desenvolvimento cujos critérios para o reconhecimento de ativo sejam cumpridos, despesas com propriedade industrial e outros direitos e trespasses comerciais.

Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada um.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rubricas do ativo fixo intangível	Anos de vida útil
Projetos de desenvolvimento	3
Propriedade industrial e outros direitos	2 e 7
Outros ativos intangíveis	5

2.7 Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Os ativos não correntes adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado nos ativos fixos tangíveis e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. Os juros, incluídos no valor das rendas, e a amortização do ativo, calculada conforme descrito na Nota 2.4, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

2.8 Inventários

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se registadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

As perdas por ajustamentos acumulados de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição ou produção e o valor realizável líquido das existências, de acordo com a quantificação dos materiais em excesso, obsoletos, defeituosos e deteriorados.

2.9 Subsídios

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios e participações recebidas a fundo perdido, para financiamento de ativos tangíveis, são registados apenas quando existe uma garantia razoável de recebimento e são reconhecidos como rendimento em quotas constantes durante a vida útil do ativo. São apresentados no balanço em dedução ao valor do ativo e na demonstração dos resultados por dedução ao valor das amortizações.

A Empresa está submetida a um regime de preços administrativos, o que implica a atribuição pelo Governo de indemnizações compensatórias não reembolsáveis para financiar parcialmente as suas operações no cumprimento das obrigações de serviço público. A Empresa segue o critério de registar como subsídios à exploração as indemnizações compensatórias no exercício em que as mesmas são atribuídas

2.10 Caixa e equivalentes

Os montantes incluídos no balanço na rubrica "Caixa e seus equivalentes" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "Caixa e seus equivalentes" compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de "Empréstimos e descobertos bancários", no balanço.

2.11 Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade para que as mesmas reflitam o seu valor presente realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, cada empresa do Grupo tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

2.12 Dívidas a pagar

As dívidas de fornecedores e outras contas a pagar que não vençam juros são registadas pelo seu valor nominal.

2.13 Investimentos financeiros

a) Participações financeiras em outras empresas

Encontram-se registadas pelo método do custo, sendo ajustadas para o valor estimado de realização caso existam provas objetivas de que o investimento se encontra com perdas por imparidade.

b) Investimentos detidos até à maturidade:

Encontram-se registados ao custo amortizado pelo método da taxa de juro efetiva.

2.14 Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos e, posteriormente, pelo seu custo amortizado. Os encargos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o princípio da especialização, sendo adicionados ao valor contabilístico dos empréstimos caso não sejam liquidados durante o exercício.

2.15 Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de especulação.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo dizem respeito a *swaps* de taxa de juro para cobertura do risco de variação de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos instrumentos de cobertura de taxa de juro são substancialmente idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados.

Os *swaps* de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, caso exista algum, e subsequentemente revalorizados ao seu justo valor, sendo registados na rubrica de "Outros Instrumentos financeiros" ou "Outros investimentos financeiros".

Dado que não se encontram cumpridos os requisitos exigidos pelas IAS 39 para a contabilização de cobertura, os ganhos e perdas, provenientes da alteração do justo valor dos derivados contratados são reconhecidos diretamente na demonstração de resultados.

2.16 Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado. É provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada, tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data.

As obrigações presentes, que resultam de contratos onerosos, são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a empresa é parte integrante das disposições de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando o Grupo desenvolve um plano formal detalhado de reestruturação, inicia a sua implementação e anuncia as suas principais componentes aos afetados pelo plano. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, conseqüentemente, relacionados com as atividades correntes da empresa.

2.17 Responsabilidades com benefícios de reforma

À data de balanço, a quantia reconhecida como um passivo por responsabilidades de benefícios de reforma, representa o valor presente das obrigações por planos de benefícios definidos, reduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões, constituído para o efeito.

O montante da responsabilidade assumida é determinado anualmente, à data de 31 de dezembro, de acordo com o método da Unidade de Crédito Projetada, sendo as respectivas avaliações atuariais efectuadas pelo BPI PENSÕES.

O custo com benefícios de reforma são reconhecidos da seguinte forma:

- Na demonstração de resultado, em gastos com o pessoal:
 - O custo dos serviços correntes;
 - O juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos;
 - E, qualquer custo passado do serviço e perdas e ganhos quando da liquidação.
- Diretamente em capitais próprios, em resultados transitados: a remensuração do passivo (ativo) líquido de benefícios definidos que inclui os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustamentos de experiência ou da alteração dos pressupostos atuariais.

2.18 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades, concedidos pelas entidades. A diferença entre o justo valor e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros.

O rédito somente é reconhecido quando for provável que os benefícios económicos inerentes à transação fluam para a entidade. Contudo, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já reconhecida como rédito, a quantia incobrável deve ser reconhecida como um gasto e não como um ajustamento ao rédito originalmente reconhecido.

O rédito dos juros é reconhecido de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Os subsídios, relacionados com rendimento, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos e são apresentados na rubrica "Outros rendimentos operacionais".

2.19 Especialização de exercícios

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes custos e proveitos reconhecidos são registadas na rubrica de "Outras contas a receber" e "Outras contas a pagar".

Os gastos e rendimentos, cujo valor real não seja conhecido, são estimados com base na melhor avaliação das empresas do Grupo, de acordo com os dados disponíveis para a operação.

2.20 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração de resultados do exercício em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.21 Ajustamentos e imparidade de ativos

É efectuada uma avaliação da imparidade dos ativos do Grupo à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso.

2.22 Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

No entanto, dado que o Grupo não tem previsibilidade de lucros futuros não prevê a recuperação dos prejuízos acumulados até à data. Desta forma, não procede ao reconhecimento de qualquer ativo ou passivo por impostos diferidos, por não se prever a possibilidade de dedução a lucros fiscais futuros dos prejuízos fiscais reportáveis até à data.

2.23 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos, não totalmente sob o controlo da empresa ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos, seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

2.24 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

2.25 Informação por segmentos

Em cada exercício, são identificados os segmentos relatáveis mais adequados aplicáveis ao Grupo, tendo em consideração as atividades desenvolvidas. A informação relativa ao rédito ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 24.

2.26 Julgamentos e estimativas

Os julgamentos e estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de imparidade aos valores do ativo, nomeadamente existências e contas a receber, e provisões;
- d) Cálculo da responsabilidade associada aos fundos de pensões;
- e) Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados;
- f) Apuramento do justo valor das propriedades de investimentos e dos terrenos e edifícios incluídos nos ativos fixos tangíveis

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nestas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.

3. Alterações de políticas contabilísticas, alterações de estimativas e correção de erros fundamentais

Durante o exercício não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou correção de erros materiais de períodos anteriores, com exceção da aplicação da nova redação da IAS 19, o que implicou que a remensuração do passivo (ativo) líquido de benefícios definidos passasse a ser reconhecido diretamente em capitais próprios e não em resultados do exercício, bem como a utilização da mesma taxa de desconto na determinação do juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos.

O impacto da introdução do novo normativo não é materialmente relevante dado que a reexpressão das demonstrações financeiras, para o exercício de 2012, apenas implicariam a reclassificação de 363.919 euros da rubrica de gastos com o pessoal para a rubrica de resultados transitados, relativo aos ganhos e perdas actuariais com o plano de benefícios definidos para complementos de reforma. O resultado líquido e o rendimento integral do exercício de 2012 passariam a ser, respetivamente, menos 73.661.345,53 euros e menos 77.180.077,98 euros. O total do ativo, passivo e capitais próprios não sofreriam quaisquer alterações.

Os valores da nota 18, relativa a responsabilidades por benefícios de reforma e invalidez, para o ano de 2012, foram ajustados com base no novo normativo de forma a permitir a comparabilidade entre os exercícios.

Em 2012, procedeu-se à revisão da estimativa da vida útil dos carros elétricos, passando a sua vida útil de 16 para 30 anos. O impacto desta alteração nas contas de 2012 não é materialmente relevante.

4. Empresas incluídas na consolidação

4.1 Empresas subsidiárias

Empresas incluídas na consolidação, pelo método integral, em 2013 e 2012:

Designação Social	Sede	% Efetiva	Atividade
STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda. (*)	Porto	100%	Atividades de operador turístico e transportes terrestres, urbanos e suburbanos, de passageiros.

(*) Até julho de 2007 era designada por STCP CONSULTORIA.

4.2 Empresas associadas

As empresas associadas em 2013 e 2012 são:

Designação Social	Sede	% Controlo	% Participação
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	Porto	33,33%	33,33%
Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.	Lisboa	20%	20%

A 31 de dezembro de 2013 e 2012 as participações financeiras em empresas associadas estavam valorizadas da seguinte forma:

	2013	2012
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	0,00	0,00
Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.	126.524,60	136.973,06
	126.524,60	136.973,06

Estas empresas associadas foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota 2.2.2. Resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial foi reconhecida uma perda, no exercício de 2013, no montante de 10.448,46 euros e, no exercício de 2012, uma perda de 151,28 euros.

Em 2013 e 2012, o TIP, ACE apresenta capitais próprios negativos pelo que o valor da participada no balanço é nulo. Foi também registada uma provisão na proporção dos capitais próprios negativos da TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE, à data de 31 de dezembro de 2012, no montante de 1.794.043,00 euros, atendendo aos compromissos assumidos pelo Grupo para com a associada (nota 20). Em 31 de Dezembro de 2013, esta provisão foi ajustada para 1.715.342,00 euros.

O valor dos ativos, dos capitais próprios, dos rendimentos e do resultado líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 das empresas associadas são como segue:

Empresa associada	2013			
	Ativo	Capital próprio	Rendimentos	Resultado líquido
TIP, ACE	10.497.568,00	-5.146.026,00	5.692.616,00	236.103,00
Transpublicidade,S.A.	857.063,00	632.623,00	499.895,00	-52.182,00

Empresa associada	2012			
	Ativo	Capital próprio	Rendimentos	Resultado líquido
TIP, ACE	9.444.273,00	-5.382.129,00	5.086.105,00	-729.486,00
Transpublicidade,S.A.	1.036.320,00	684.805,00	471.101,00	-816,00

5. Alterações no perímetro de consolidação

No exercício de 2013 e 2012 não ocorreram alterações no perímetro de consolidação.

6. Ativos fixos tangíveis

O detalhe dos movimentos ocorridos, no exercício de 2013 e 2012, no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativo bruto	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Ativos tangíveis em curso	Adiant. por conta de ativos tangíveis	Total de ativos fixos tangíveis
Saldo a 01.01.12	37.125.349,10	27.896.489,27	88.713.526,65	1.855.367,25	705.778,65	4.232.764,28	1.306.652,51	1.986.121,93	24.726,00	163.846.775,64
Movimentos de 2012										
Revalorizações	-4.615.788,10	3.141.818,49								-1.473.969,61
Adições		379.847,74	686.618,08		2.579,77	19.254,91		64.539,15		1.152.839,65
Abates/Vendas			-2.434.502,92	-303.296,53	-7.329,11	-47.395,69				-2.792.524,25
Regularizações e transferências		343.745,46	-427.399,22	-29,99			512.556,50	-1.616.045,90	-24.726,00	-1.211.899,15
Aumento/diminuição subsídio. ao invest.			46.719,72		-3.134,44	-409,73	-28.933,51	17.674,47		31.916,51
Saldo a 31.12.12	32.509.561,00	31.761.900,96	86.584.962,31	1.552.040,73	697.894,87	4.204.213,77	1.790.275,50	452.289,65		159.553.138,79
Movimentos de 2013										
Adições		47,54			3.608,65	22.527,89				26.184,08
Abates/Vendas		-36.027,44	-1.376.223,27		-2.500,62	-34.921,66		-51.552,91		-1.501.225,90
Regularizações e transferências	-1.926.100,00	54.403,98	2.970,17					-387.614,21		-2.256.340,06
Aumento/diminuição subsídio. ao invest.			64.930,50			796,83				65.727,33
Saldo a 31.12.13	30.583.461,00	31.780.325,04	85.276.639,71	1.552.040,73	699.002,90	4.192.616,83	1.790.275,50	13.122,53		155.887.484,24

As linha das adições e regularizações e transferências de 2013 incluem 47,54 euros de trabalhos para a própria entidade e, em 2012 inclui 63.763,23 euros (20.083,05 euros para equipamento básico e 43.680,18 euros para ativos fixos tangíveis em curso).

Amortizações Acumuladas	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Ativos tangíveis em curso	Adiant. por conta de ativos tangíveis	Total de ativos fixos tangíveis
Saldo a 01.01.12		9.209.524,81	58.422.929,50	1.658.122,48	646.511,61	3.994.803,02	212.362,33			74.144.253,21
Movimentos de 2012										
Revalorizações		1.588.850,26								1.588.850,26
Amortizações e reintegrações do exercício		1.145.331,02	4.075.781,90	93.397,64	20.985,70	87.459,07	5.879,57			5.428.834,90
Abates/Vendas			-2.194.676,50	-303.296,53	-7.018,95	-45.832,74				-2.550.824,72
Regularizações e transferências		89.900,53	-602.427,04	-29,99			512.556,50			
Aumento/diminuição subsídio ao invest.		-4.245,24	-96.358,95		-837,78	-1.240,85	-31.715,99			-134.398,81
Saldo a 31.12.12		12.029.361,38	59.605.248,91	1.448.193,60	659.640,58	4.035.188,50	699.082,41			78.476.714,84
Movimentos de 2013										
Amortizações e reintegrações do exercício		1.340.264,07	3.845.525,60	52.398,65	17.649,40	57.110,30	266,46			5.313.214,48
Abates/Vendas		-19.707,55	-1.369.246,24		-2.459,43	-34.563,81				-1.425.977,03
Regularizações e transferências										
Aumento/diminuição subsídio ao invest.		-4.245,24	-37.329,19		-600,03	-61,83				-42.236,29
Saldo a 31.12.13		13.345.672,66	62.044.199,08	1.500.592,25	674.230,52	4.057.673,16	699.348,87			82.321.716,00
Valor Líquido:										
a 1 de Janeiro de 2012	37.125.349,10	18.686.964,46	30.290.597,15	197.244,77	59.267,04	237.961,26	1.094.290,18	1.986.121,93	24.726,00	89.702.522,43
a 31 de Dezembro de 2012	32.509.561,00	19.732.539,58	26.979.713,40	103.847,13	38.254,29	169.025,27	1.091.193,09	452.289,65		81.076.423,95
a 31 de Dezembro de 2013	30.583.461,00	18.434.652,38	23.232.440,63	51.448,48	24.772,38	134.943,67	1.090.926,63	13.122,53		73.565.768,24

O Grupo solicitou uma avaliação independente (CPU Consultores de Avaliação, Lda.) dos seus terrenos e edifícios (todos eles localizados no grande Porto) classificados como ativos fixos tangíveis e procedeu à revalorização destes à data de 31 de dezembro de 2012.

O trabalho consistiu na determinação do valor de mercado dos edifícios e terrenos, para efeitos contabilísticos, respeitando as exigências da IAS 16 e os termos de referência indicados pelo Grupo. A data de referência da avaliação foi 31 de dezembro de 2012.

No âmbito da avaliação, o Justo Valor foi calculado através dos Critérios de Comparação Direta de Mercado, de Custos e do Rendimento -Método de Capitalização Direta e tendo em consideração valores correntes praticados para usos semelhantes e comparáveis ao uso em avaliação, dando cumprimento ao estipulado na IAS16.

O "Justo Valor" pode ser definido como "A quantia pela qual um ativo poderia ser trocado (...), entre entidades conhecedoras e a isso dispostas, numa transação em que nenhum relacionamento exista entre elas". O Justo Valor é geralmente o "Valor de Mercado" determinado por peritos avaliadores qualificados.

Em determinadas circunstâncias, designadamente quando devido à natureza especializada do imóvel e se este for raramente vendido exceto como parte integrante de um "negócio em continuidade", pode-se atribuir o "Justo Valor" usando uma abordagem pelo "rendimento" ou pelo "Custo de Reposição Depreciado".

Importa realçar que neste processo de avaliação - para os ativos fixos tangíveis e portanto na sua avaliação considerando o seu uso continuado, não foram tidas em conta quaisquer condicionantes de natureza comercial ou de obsolescência económica dos negócios ou atividades a exercer nas instalações, sendo os imóveis avaliados tal como se encontram e com os usos atuais.

Para os restantes ativos fixos tangíveis, foram utilizados os critérios de custos de construção depreciado, conforme já referido.

Os pressupostos de avaliação usados na determinação do justo valor foram os seguintes:

- O trabalho de reavaliação teve por base uma visita realizada ao exterior de alguns dos imóveis e visitas a dois imóveis (Francos e Massarelos) em que houve alteração das premissas;
- Para a totalidade dos imóveis foi atualizada a informação sobre a envolvente e o mercado imobiliário local, tendo sido efetuado um levantamento dos valores atualmente pedidos no mercado para imóveis semelhantes e comparáveis.
- O relatório foi realizado com base no relatório de avaliação anterior (N-5168 de dezembro de 2009).
- Na obtenção do valor de cada imóvel foram tomados em consideração os principais fatores determinantes como a localização, acessos, dimensões existentes, características e o estado atual.
- Tiveram-se ainda por referência os valores de mercado praticados relativamente a imóveis com utilização potencial e localização semelhantes.
- As áreas de construção são as consideradas no trabalho anterior e foram obtidas através de elementos fornecidos pelo Grupo, os quais tomamos como corretos.
- Partiu-se do pressuposto que todos os imóveis se encontram livres de ónus e encargos.

- A valorização das infraestruturas afetas a cada imóvel - pavimentos, redes de abastecimento e distribuição de água, redes de drenagem de águas residuais e pluviais, rede de distribuição de eletricidade, etc. - foi considerada e incluída na valorização global de cada imóvel.

Decorrente da revalorização dos edifícios e terrenos à data de 31 de dezembro de 2012, foram reconhecidas perdas por imparidade no montante de 569.006,42 euros, na rubrica de Perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis, e no montante de 4.108.400,09 euros, na rubrica de Excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis, por utilização da reserva de revalorização anteriormente constituída.

Foi ainda aumentada a reserva de revalorização para edifícios no montante de 1.614.586,44 euros.

Caso os terrenos e recursos naturais e edifícios e outras construções tivessem sido reconhecidas de acordo com o modelo do custo, a quantia escriturada seria, respetivamente, de:

Rubrica	2013	2012
Terrenos e recursos naturais	2.369.689,81	4.295.789,81
Edifícios e outras construções	7.258.690,24	7.625.830,90
	9.628.380,05	11.921.620,71

Não procedemos à divulgação das restrições de titularidade de ativos, nem de ativos fixos dados como garantias de passivos, dado que não existem situações que se enquadrem neste âmbito. Desta forma a alínea a) do parágrafo 74 da IAS 16 não é aplicável.

No ano de 2013, foram assumidos compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis no montante de 59.760,40 euros.

Movimento ocorrido, nos exercícios de 2013 e 2012, nos valores dos ativos tangíveis em curso:

	Saldo 01.01.12	Aquisições	TPPE(*)	Transf ^{es} e regularizações	Abates/ Alienações	Subsídio ao investimento	Saldo 31.12.12
Edifícios e outras construções	866.980,68	20.858,97	43.680,18	-866.980,68			64.539,15
Equipamento básico	1.119.141,25			-749.065,22		17.674,47	387.750,50
	1.986.121,93	20.858,97	43.680,18	-1.616.045,90		17.674,47	452.289,65

	Saldo 01.01.13	Aquisições	TPPE(*)	Transf ^{es} e regularizações	Abates/ Alienações	Subsídio ao investimento	Saldo 31.12.13
Edifícios e outras construções	64.539,15			-64.539,15			0,00
Equipamento básico	387.750,50			-323.075,06	-51.552,91		13.122,53
	452.289,65			-387.614,21	-51.552,91		13.122,53

No exercício de 2013, não se verificaram movimentos nos adiantamentos para ativos fixos tangíveis.

Movimento ocorrido, no exercício de 2012, nos adiantamentos para ativos fixos tangíveis:

	Saldo 01.01.12	Transf ^{es} e Regularizações	Saldo 31.12.12
Terrenos e recursos naturais	24.726,00	-24.726,00	
	24.726,00	-24.726,00	

7. Propriedades de investimento

O Grupo procedeu, a 31 de dezembro de 2013 e a 31 de dezembro de 2012, a aplicação do justo valor nas propriedades de investimento, tendo sido determinado através de uma avaliação efetuada por uma entidade especializada, independente e com qualificação profissional reconhecida (CPU Consultores de Avaliação, Lda).

O trabalho consistiu na determinação do valor de mercado dos edifícios e terrenos, para efeitos contabilísticos, respeitando as exigências do normativo contabilístico internacional e os termos de referência indicados pelo Grupo. A data de referência da avaliação foi de 31 de dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, respetivamente para o ano de 2013 e ano de 2012.

O valor de mercado a determinar para efeitos de reporte contabilístico, poderá ser equiparado ao definido nas IAS/IFRS como "Justo Valor". No âmbito da avaliação, o Justo Valor será calculado através dos Critérios de Comparação Direta de Mercado, de Custos e do Rendimento - Método de Capitalização Direta ou Método de "Discounted Cash Flows" e tendo em consideração valores correntes praticados para usos semelhantes e comparáveis ao uso em avaliação, dando cumprimento ao estipulado na IAS40.

Os pressupostos de avaliação usados na determinação do justo valor foram os seguintes:

- O trabalho teve por base os relatórios de avaliação anteriores, tendo sido efectuada uma visita ao exterior de alguns dos imóveis;
- Para a totalidade dos imóveis foi atualizada a informação sobre a envolvente e o mercado imobiliário local, tendo sido efetuado um levantamento dos valores atualmente pedidos no mercado para imóveis semelhantes e comparáveis.
- Na obtenção do valor de cada imóvel foram tomados em consideração os principais fatores determinantes como a localização, acessos, dimensões existentes, características e o estado atual. Tiveram-se ainda por referência os valores de mercado praticados relativamente a imóveis com utilização potencial e localização semelhantes.
- As áreas de construção são as consideradas no trabalho anterior e foram obtidas através de elementos fornecidos pelo Grupo, os quais tomamos como corretos.
- Partiu-se do pressuposto que todos os imóveis se encontram livres de ónus e encargos.

A avaliação das propriedades de investimento foi feita numa ótica do uso alternativo. Foi determinado o seu valor de mercado, considerado livre e disponível – correspondendo este valor ao seu valor em uso alternativo.

No princípio do melhor uso alternativo, o valor de mercado da propriedade é baseado numa análise de rentabilidade do projeto de desenvolvimento consentâneo com a melhor utilização possível ou, caso existam, de acordo com os projetos de desenvolvimento existentes. O melhor uso alternativo é definido como o uso provável e razoável que à data da avaliação gera o valor atual mais elevado.

Neste sentido, foram utilizados para a valorização dos imóveis os critérios de comparação de mercado e de rendimento, nuns casos pelo método de capitalização direta e, noutros, pelo método do valor residual.

O justo valor é definido na IAS 40, como o preço pelo qual a propriedade poderia ser trocada entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre as mesmas.

Foram assim cumpridos os requisitos exigidos na IAS 40 para a determinação do valor de mercado dos imóveis.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido na rubrica das propriedades de investimento, foi o seguinte:

2013				
Propriedades investimento	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Adiantamentos por conta prop. Investimento	Total
Saldo a 01.01.2013	2.542.210,00	1.013.928,86	24.726,00	3.580.864,86
Varição justo valor	-216.200,00	-20.370,00		-236.570,00
Varição justo valor por reversão excedente revalorização transitado de ativos fixos tangíveis	-13.400,00	-11.930,00		-25.330,00
Transferências	1.926.100,00			1.926.100,00
Saldo a 31.12.2013	4.238.710,00	981.628,86	24.726,00	5.245.064,86

2012				
Propriedades investimento	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Adiantamentos por conta prop. Investimento	Total
Saldo a 01.01.2012	3.269.740,00	1.256.398,86		4.526.138,86
Varição justo valor	-254.540,00	-54.460,00		-309.000,00
Varição justo valor por reversão excedente revalorização transitado de ativos fixos tangíveis	-472.990,00	-188.010,00		-661.000,00
Transferências			24.726,00	24.726,00
Saldo a 31.12.2012	2.542.210,00	1.013.928,86	24.726,00	3.580.864,86

Decorrente da aplicação do justo valor nos edifícios e terrenos à data de 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, foram reconhecidas perdas/ganhos por redução/aumento do justo valor nas propriedades de investimento na rubrica de Ajustamentos negativos e menos-valias de instrumentos financeiros (nota 30) e na rubrica de Ajustamentos positivos e mais-valias de instrumentos financeiros (nota 26), bem como na rubrica de Excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis, por reversão da reserva de revalorização anteriormente constituída, quando estes ativos estavam classificados como ativos fixos tangíveis.

No decurso do exercício de 2013, foram reconhecidos rendimentos e ganhos de 247.442,64 euros (nota 26) e gastos de perdas de 34.837,99 euros (nota 30) relativos a propriedades de investimento. Comparativamente, no exercício de 2012, foram reconhecidos rendimentos e ganhos de 252.517,56 euros (nota 26) e gastos de perdas de 17.552,67 euros (nota 30).

O Grupo não assumiu nenhuma obrigação contratual relativamente à construção, desenvolvimento, reparação e manutenção de propriedades de investimento

8. *Goodwill*

Nada a relatar.

9. Outros ativos intangíveis

O detalhe dos movimentos ocorridos, no exercício de 2013 e 2012, no valor dos outros ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativo bruto	Projectos de desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Outros ativos intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Total de ativos fixos intangíveis
Saldo a 01.01.2012	88.749,10	5.032.492,58		50.763,00	5.172.004,68
Movimentos de 2012					
Adições		15.150,00	1.106.517,00	41.250,00	1.162.917,00
Regularizações e transferências				-50.763,00	-50.763,00
Saldo a 31.12.2012	88.749,10	5.047.642,58	1.106.517,00	41.250,00	6.284.158,68
Movimentos de 2013					
Adições				41.250,00	41.250,00
Saldo a 31.12.2013	88.749,10	5.047.642,58	1.106.517,00	82.500,00	6.325.408,68

Amortizações acumuladas	Projetos de desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Outros ativos intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Total de ativos fixos intangíveis
Saldo a 01.01.2012	88.749,10	4.585.306,24			4.674.055,34
Movimentos de 2012					
Amortizações e reintegrações do exercício		144.553,87	129.093,65		273.647,52
Aumento/diminuição Subsídio ao investimento		-303,96			-303,96
Saldo a 31.12.2012	88.749,10	4.729.556,15	129.093,65		4.947.398,90
Movimentos de 2013					
Amortizações e reintegrações do exercício		138.080,36	221.303,40		359.383,76
Aumento/diminuição Subsídio ao investimento		-156,67			-156,67
Saldo a 31.12.2013	88.749,10	4.867.479,84	350.397,05		5.306.625,99
Valor Líquido:					
a 01 de Janeiro de 2012		447.186,34		50.763,00	497.949,34
a 31 de Dezembro de 2012		318.086,43	977.423,35	41.250,00	1.336.759,78
a 31 de Dezembro de 2013		180.162,74	756.119,95	82.500,00	1.018.782,69

Movimento ocorrido, no exercício de 2013 e 2012, nos ativos intangíveis em curso:

	Saldo 01.01.2012	Aquisições	Transf ^{as} e Regularizações	Saldo 31.12.12
Propriedade industrial e outros direitos	50.763,00	41.250,00	-50.763,00	41.250,00
	50.763,00	41.250,00	-50.763,00	41.250,00

	Saldo 01.01.2013	Aquisições	Transf ^{as} e Regularizações	Saldo 31.12.13
Propriedade industrial e outros direitos	41.250,00	41.250,00		82.500,00
	41.250,00	41.250,00	0,00	82.500,00

Os ativos fixos intangíveis em curso dizem respeito essencialmente à aquisição externa de softwares a entidades externas e que ainda se encontram em desenvolvimento.

No ano de 2013, foram assumidos compromissos contratuais para a aquisição de ativos intangíveis no montante de 27.500 euros.

10. Participações financeiras pelo método do custo

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, esta rubrica inclui investimentos nas seguintes entidades:

	% Participação	2013	2012
Participações em outras empresas		25.000,00	25.000,00
Metro do Porto, S.A	16,6%	0,00	0,00
OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, SA	8,33%	25.000,00	25.000,00

A partir de outubro de 2008 a participação no Metro do Porto passou de 25% para 16,6% pelo que a participada passou a ser valorizada pelo método do custo. O seu valor de aquisição foi de 1.250.000 euros. No entanto, dado que a participada apresentou em 2009 e em exercícios anteriores capitais próprios negativos, o seu valor no balanço é considerado nulo.

11. Inventários

Detalhe da rubrica de inventários, em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.728.566,14	1.198.301,83
Produto e trabalhos em curso	1.360,87	779,29
	1.729.927,01	1.199.081,12
Ajustamentos acumulados em inventários (nota 19)	-1.201.484,38	-761.626,56
	528.442,63	437.454,56

Custo das matérias consumidas nos períodos, em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012
Existências iniciais	1.198.301,83	721.100,63
Compras	1.252.001,72	1.170.818,56
Regularização de existências (*)	619.744,51	566.280,90
Existências finais	1.728.566,14	1.198.301,83
Custo no exercício	1.341.481,92	1.259.898,26
Aumentos /diminuições de ajustamentos de inventários (nota19)	439.857,82	632.639,79

(*) Em 2013 e 2012, o montante de 572.768,76 euros e 528.330,22 euros, respetivamente, dizem respeito à transferência de materiais, da via e rede e acessórios do carro elétrico, dos ativos tangíveis em curso para inventários, por já não serem necessários nas obras.

12. Outras contas a receber

Detalhe das outras contas a receber, a 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012
Outras dívidas de terceiros correntes	2.473.688,28	2.680.198,60
Adiantamento a fornecedores e saldos devedores	4.345,05	936,31
Estado e outros entes públicos	849.182,76	1.125.636,11
IVA a recuperar /reembolsos pedidos	849.182,76	1.125.636,11
Pessoal	380.431,01	302.157,59
Outros devedores	2.156.660,16	2.164.811,13
Ajustamentos acumulados em dívidas de terceiros	-916.930,70	-913.342,54
Outros activos correntes	4.580.952,50	1.257.427,63
Acréscimo de rendimentos	4.275.035,89	1.007.736,15
Rédito dos serviços prestados	1.535.653,70	425.430,37
Subsídios à exploração	2.138.281,29	517.291,70
Outros rendimentos operacionais	601.086,02	64.578,23
Outros juros a receber	14,88	435,85
Gastos diferidos	305.916,61	249.691,48
Materiais e serviços consumidos	270.596,79	182.281,92
Outros gastos e perdas operacionais	35.319,82	67.409,56
Outras contas a receber correntes	7.054.640,78	3.937.626,23

13. Imposto sobre o rendimento

O Grupo está sujeito ao regime geral de IRC, mas dada a sua situação deficitária nunca pagou imposto sobre o rendimento. Suporta apenas os encargos decorrentes da tributação autónoma e tem efetuado o pagamento especial por conta a que se encontra obrigado.

Face ao exposto, não se procedeu ao reconhecimento de qualquer ativo ou passivo por impostos diferidos, por não se prever a possibilidade de dedução a lucros fiscais futuros, dos prejuízos fiscais reportáveis até à data.

14. Caixa e seus equivalentes

Detalhe da rubrica Caixa e equivalentes, em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012
Numerário	72.068,09	81.725,92
Depósitos bancários	124.322,52	418.602,58
Caixa e equivalentes de caixa no Balanço	196.390,61	500.328,50
Descobertos bancários	-7.864.927,89	-7.594.948,64
Caixa e equivalentes na Demonstração de Fluxos de Caixa	-7.668.537,28	-7.094.620,14

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas de depósitos à ordem, incluídos no balanço na rubrica de Empréstimos e descobertos bancários.

15. Locação

15.1 Locação Financeira

No exercício de 2013 e 2012, o Grupo pagou rendas de locação financeira no montante 5.823.486,02 euros (inclui 546.760,06 euros de juros) e 6.265.775,72 euros (inclui 864.495,09 euros de juros), respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Grupo mantinha responsabilidades, como locatária, relativas a rendas de contratos de locação financeira, no montante de 20.547.213,35 euros e 23.484.510,16, respetivamente (com IVA incluído quando este não é dedutível), a vencer nos próximos exercícios segundo o mapa abaixo:

Anos	2013			2012		
	Valor descontado pag. mínimos	Juros	Total	Valor descontado pag. mínimos	Juros	Total
2013				4.289.582,77	445.448,58	4.735.031,35
2014	4.392.918,14	337.438,15	4.730.356,29	4.393.303,77	336.264,59	4.729.568,36
2015	4.819.214,31	229.413,66	5.048.627,97	4.819.245,92	228.736,88	5.047.982,80
2016	1.855.598,35	115.414,65	1.971.013,00	1.855.769,72	115.022,48	1.970.792,20
2017	1.883.154,19	1.883.154,20	3.766.308,39	1.883.234,09	87.558,11	1.970.792,20
2018	1.911.119,29	59.893,72	1.971.013,01	1.911.104,87	59.687,30	1.970.792,17
Após 2018	3.023.070,35	36.824,34	3.059.894,69	3.022.854,60	36.696,48	3.059.551,08
Total	17.885.074,63	2.662.138,72	20.547.213,35	22.175.095,74	1.309.414,42	23.484.510,16

Valor de aquisição dos bens em regime de locação financeira, reportado a 31 de dezembro de 2013 e 2012:

Descrição	2013			2012		
	Valor aquisição	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor aquisição	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Propriedades de investimento						
Terrenos e recursos naturais	2.460.351,85		2.460.351,85	2.460.351,85		2.460.351,85
Ativos fixos tangíveis						
Equipamento Básico	33.858.200,00	14.233.241,18	19.624.958,82	34.131.350,78	11.785.206,51	22.346.144,27
Total	36.318.551,85	14.233.241,18	22.085.310,67	36.591.702,63	11.785.206,51	24.806.496,12

15.2 Locação operacional

Nos exercícios de 2013 e 2012 foram reconhecidos custos de rendas de contratos de locação operacional no montante de 5.436.621,31 euros e 5.871.113,00 euros, respetivamente.

As rendas de contratos de locação operacional, a 31 de dezembro de 2013 e 2012, apresentam os seguintes vencimentos:

Anos	2013	2012
2013		4.716.724,09
2014	3.091.673,14	3.103.644,93
2015	1.610.802,07	1.620.131,50
Total	4.702.475,21	9.440.500,52

16. Empréstimos e descobertos bancários e outros instrumentos financeiros

16.1 Empréstimos e descobertos bancários

Detalhe dos empréstimos e descobertos bancários em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

Ano de 2013	Custo amortizado			Montante nominal		
	Total	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente
Descoberto bancário	7.864.927,89	7.864.927,89		7.864.927,89	7.864.927,89	
Conta caucionada/Mútuo	130.030.386,52	130.030.386,52		129.539.000,00	129.539.000,00	
Hot money	19.015.614,75	19.015.614,75		19.006.862,30	19.006.862,30	
	156.910.929,16	156.910.929,16		156.410.790,19	156.410.790,19	

Ano de 2012	Custo amortizado			Montante nominal		
	Total	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente
Descoberto bancário	7.594.948,64	7.594.948,64		7.594.948,64	7.594.948,64	
Conta caucionada/Mútuo	111.234.289,49	111.234.289,49		110.827.000,00	110.827.000,00	
Hot money	8.651.109,15	8.651.109,15		8.617.000,00	8.617.000,00	
	127.480.347,28	127.480.347,28		127.038.948,64	127.038.948,64	

16.2 Outros instrumentos financeiros

Detalhe dos outros instrumentos financeiros em 31 dezembro de 2013 e 2012:

Ano de 2013	Custo amortizado			Montante nominal		
	Total	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente
Obrigacionista 2007	100.104.865,41	136.413,77	99.968.451,64	100.000.000,00		100000000
Obrigacionista 2009	121.018.729,50	121.018.729,50		120.000.000,00	120.000.000,00	
Empr. obrig. não convertíveis	221.123.594,91	121.155.143,27	99.968.451,64	220.000.000,00	120.000.000,00	100.000.000,00

	Justo valor			
	Total	Corrente	Não Corrente	
SWAP- BSP OBR07	95.069.619,25	2.861.528,83	92.208.090,42	
Instrumentos derivados	95.069.619,25	2.861.528,83	92.208.090,42	
Outros Instrumentos financeiros	316.193.214,16	124.016.672,10	192.176.542,06	220.000.000,00 100.000.000,00

Ano de 2012	Custo amortizado			Montante nominal		
	Total	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente
Obrigacionista 2007	99.999.733,91	35.457,10	99.964.276,81	100.000.000,00		100000000
Obrigacionista 2009	120.988.496,74	1.012.557,29	119.975.939,45	120.000.000,00		120000000
Empr. obrig. não convertíveis	220.988.230,65	1.048.014,39	219.940.216,26	220.000.000,00		220.000.000,00

	Justo valor			
	Total	Corrente	Não Corrente	
SWAP- BSP OBR07	101.433.437,41	265.425,69	101.168.011,72	
SWAP- BNP OBR07	11.496.717,98	148.109,72	11.348.608,26	
Instrumentos derivados	112.930.155,39	413.535,41	112.516.619,98	
Outros instrumentos financeiros	333.918.386,04	1.461.549,80	332.456.836,24	220.000.000,00 220.000.000,00

17. Instrumentos financeiros

17.1. Identificação dos ativos e passivos financeiros

Detalhe das categorias de ativos e passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

Ano de 2013				
Ativos Financeiros	Empréstimos concedidos e Contas a receber	Disponíveis para venda	Não abrangidos IFRS7	Total
Ativos não correntes		25.000,00		25.000,00
Participações financeiras pelo método do custo		25.000,00		25.000,00
Ativos correntes	3.936.776,90	0,00	5.430.135,26	9.366.912,16
Clientes	2.115.880,77			2.115.880,77
Outras contas a receber	1.624.505,52		5.430.135,26	7.054.640,78
Caixa e seus equivalentes	196.390,61			196.390,61
	3.936.776,90	25.000,00	5.430.135,26	9.391.912,16

Ano de 2013				
Passivos Financeiros	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros valorizados ao Justo Valor através de resultados	Não abrangidos IFRS7	Total
Passivos não correntes	99.968.451,64	92.208.090,42		192.176.542,06
Outros instrumentos financeiros	99.968.451,64	92.208.090,42		192.176.542,06
Passivos correntes	282.348.263,00	2.861.528,83	9.201.054,97	294.410.846,80
Fornecedores	3.897.713,69			3.897.713,69
Empréstimos e descobertos bancários	156.910.929,16			156.910.929,16
Outras contas a pagar	384.476,88		9.201.054,97	9.585.531,85
Outros instrumentos financeiros	121.155.143,27	2.861.528,83		124.016.672,10
	382.316.714,64	95.069.619,25	9.201.054,97	486.587.388,86

Ano de 2012				
Ativos Financeiros	Empréstimos concedidos e Contas a receber	Disponíveis para venda	Não abrangidos IFRS7	Total
Ativos não correntes		25.000,00		25.000,00
Participações financeiras pelo método do custo		25.000,00		25.000,00
Ativos correntes	3.989.386,97		2.383.063,74	6.372.450,71
Clientes	1.934.495,98			1.934.495,98
Outras contas a receber	1.554.562,49		2.383.063,74	3.937.626,23
Caixa e seus equivalentes	500.328,50			500.328,50
	3.989.386,97	25.000,00	2.383.063,74	6.397.450,71

Ano de 2012				
Passivos Financeiros	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros valorizados ao Justo Valor através de resultados	Não abrangidos IFRS7	Total
Passivos não correntes	219.940.216,26	112.516.619,98		332.456.836,24
Outros instrumentos financeiros	219.940.216,26	112.516.619,98		332.456.836,24
Passivos correntes	133.505.133,79	413.535,41	5.752.943,50	139.671.612,70
Fornecedores	4.300.427,06			4.300.427,06
Empréstimos e descobertos bancários	127.480.347,28			127.480.347,28
Outras contas a pagar	676.345,06		5.752.943,50	6.429.288,56
Outros instrumentos financeiros	1.048.014,39	413.535,41		1.461.549,80
	353.445.350,05	112.930.155,39	5.752.943,50	472.128.448,94

Em 2013 e 2012, o Grupo apenas dispunha de ativos e passivos financeiros classificados como:

- Empréstimos concedidos e contas a receber;
- Disponíveis para venda;
- Passivos financeiros valorizados ao custo amortizado;
- Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados.

De acordo com o ponto 29 da IFRS7, alínea a), quando a quantia escriturada é uma aproximação razoável do justo valor, como para os instrumentos financeiros tais como contas comerciais a receber ou a pagar a curto prazo, não é necessária a divulgação do seu justo valor. Em 2013 e 2012, encontram-se nesta situação as rubricas de clientes, outras contas a receber, caixa e depósitos bancários e outras contas a pagar.

A rubrica Participações financeiras pelo método do custo, encontra-se mensurada ao custo, e refere-se a uma participação numa empresa não cotada num mercado ativo, pelo que o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade (exceção prevista no ponto 29 alínea b) da IFRS7). Assim, não procedemos à sua divulgação.

Restam os instrumentos financeiros derivados, incluídos na rubrica Outros instrumentos financeiros, já escriturados ao justo valor.

17.2. Financiamentos obtidos

Os empréstimos denominados correntes são compostos por contratos de linhas de contas correntes, descoberto autorizado e operações de mútuo e de hot-money, num total de 12 linhas de apoio à tesouraria, em 31 de dezembro de 2013, nas seguintes condições: taxas de juro indexadas à Euribor de 1, 3 e 6 meses, e vencimentos, ou renovações, mensais ou trimestrais.

A partir de 2 de dezembro de 2013, e por aplicação do disposto no n.º 3 do artigo 29.º do decreto-lei nº 133/2013, de 03 de outubro, que determina que as empresas públicas não financeiras do setor empresarial do Estado, não abrangidas pelo disposto no n.º 1 do mesmo diploma, que numa base anual, apresentem capital próprio negativo, só podem aceder a financiamento junto de instituições de crédito com prévia autorização da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a qual solicita parecer da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, IGCP, EPE, quanto às condições financeiras aplicáveis. O Grupo, enquadrado no regime previsto no referido decreto-lei, passou a apresentar previamente o pedido formal de autorização da cada uma das operações.

Em outubro de 2013, o empréstimo obrigacionista, com emissão colocada em 2009, no montante de 120 milhões de euros, com garantia pessoal do Estado Português, passou a ser catalogado como empréstimo corrente dado que o seu vencimento ocorrerá em Outubro de 2014, ao seu valor nominal.

O empréstimo não corrente, em vigor a 31 de dezembro de 2013, caracteriza-se como se segue:

Em junho de 2007, foi emitido um empréstimo obrigacionista no montante de 100 milhões de euros, por 15 anos. A subscrição foi privada e direta. A taxa é variável, indexada à Euribor a 6 meses. Existe Call-Option, a partir do 5º ano, total ou parcial. As obrigações foram admitidas à negociação em mercado regulamentado no início do ano de 2011. Tem a Garantia do Estado Português.

Pelo contrato de Garantia, a República Portuguesa garante incondicional e irrevogavelmente o pagamento dos montantes correspondentes ao capital e juros exigíveis nos termos e condições dos contratos.

As condições de financiamento dos empréstimos não correntes vigentes, em 2013, são as seguintes:

Empréstimo	Vencimento	Taxa juro	Periodicidade
Empréstimos obrigacionistas não convertíveis			
Obrigacionista 2007	05-Jun-22	Euribor6M+0,0069%	Semestral
Obrigacionista 2009	09-Out-14	3,61%	Semestral

A 31 de dezembro de 2013 o Grupo não regista situações de incumprimento em nenhum dos empréstimos contraídos.

17.3. Instrumentos financeiros derivados

Terminou em 9 de Maio de 2013, mediante acordo assinado entre as partes, uma das operações de cobertura de risco de taxa de juro que o Grupo detinha à data de 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo detém em carteira, uma operação de cobertura do risco de taxa de juro que replica 25% do valor nominal do empréstimo obrigacionista emitido no mesmo ano (conforme nota 16.2). A maturidade desta operação atinge-se em 2022.

A operação referenciada foi objeto de uma ação judicial proposta pela Instituição de Crédito perante o Tribunal de Comércio Inglês, requerendo a apreciação da validade do contrato, tendo o Grupo contestado e pugnado a improcedência da ação. Com base nos fundamentos jurídicos de nulidade do contrato, o Grupo desvinculou-se do cumprimento de obrigações que dele decorra.

Na pendência do litígio, o Grupo informou a Instituição que suspendeu o pagamento do cupão devido no dia 5 de dezembro de 2013, bem como qualquer outro alegadamente devido ao abrigo do contrato da mesma operação.

Do exposto, em 31 de dezembro de 2013, o justo valor, do instrumento derivado em carteira, inclui, na parte catalogada como corrente, 2.438.641,83 euros relativos a juros vencidos e não pagos.

O Grupo não procedeu à constituição de nenhuma provisão por eventuais juros de mora face à incerteza na sua determinação. Apenas foi constituída provisão para os encargos judiciais com o processo.

Detalhe das variações de justo valor, em 2013 e 2012:

Financiamento coberto	Montante nocional	Maturidade	2013	2012
Obrigacionista 2007	25.000.000	05-jun-22	8.959.921,30	-39.030.426,77
Obrigacionista 2007	25.000.000	05-jun-22	3.631.717,98	-3.238.965,61
			12.591.639,28	-42.269.392,38

Embora estes instrumentos derivados tenham sido contratados no âmbito de uma política de cobertura do risco da variação da taxa de juro, não se encontram reunidas todas as condições necessárias para o enquadramento contabilístico das operações como contabilidade de cobertura.

Esta matéria é abordada no ponto 1.4.2 deste Relatório e Contas.

17.4. Gestão de riscos

17.4.1. Riscos de mercado

17.4.1.1. Risco de taxa de juro

A política de gestão do risco de taxa de juro tem por objetivo o controlo e a minimização dos custos da dívida dentro das contingências atuais da negociação e da concessão do crédito.

A dívida do Grupo a instituições financeiras encontra-se, na sua maioria, diretamente exposta ao risco de variação de taxas de juro, estando apenas uma operação de financiamento, de médio e longo prazo, a taxa fixa.

Os financiamentos contratados pelo Grupo estão essencialmente expostos à variação da Euribor 1M e 3M, nas operações de curto prazo, e, Euribor 6M, no que se refere ao financiamento de médio e longo prazo.

Análise de sensibilidade

a) Operações não correntes

Efetuada uma análise de sensibilidade à exposição do empréstimo obrigacionista de 100 milhões de euros e das operações de leasing financeiro, estima-se que os encargos apresentariam, face à previsão de 2014, um aumento de 371 mil euros, para um incremento de 1% na taxa de juro.

b) Operações correntes

A dívida corrente está exposta a variações da taxa Euribor. A carteira, já atrás descrita, comporta 12 linhas cujo montante a 31 de dezembro de 2013 ascendia a cerca de 154 milhões de euros.

Efetuada uma análise de sensibilidade, uma variação do nível de taxa de +1% na taxa de juro implicaria um aumento de 1,62 milhões de euros face aos encargos previstos para o ano de 2014, tendo por base de cálculo a dívida existente utilizada em 31 de dezembro de 2013.

17.4.1.2. Risco de subida do preço do crédito

O Grupo, pela parcela de dívida de curto prazo que gere, está exposto ao comportamento dos preços de crédito de mercado.

17.4.1.3. Risco de taxa de câmbio

Pela sua natureza o Grupo não está exposto a este risco.

17.4.1.4. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez é de importância capital num Grupo que gera um cash-flow de tesouraria insuficiente para se auto-sustentar.

O modelo de financiamento assenta em capitais alheios e a política de gestão deste risco assenta na garantia de cumprimento atempado e cabal dos compromissos assumidos com todos os parceiros de atividade.

Com a finalidade de mitigar este risco o Grupo:

1. Procede ao planeamento da tesouraria para um horizonte temporal alargado, reportando mensalmente à Tutela;
2. Procura dispor de um leque de apoios de curto prazo com as melhores condições que o mercado oferece, dentro dos limites de segurança adequada à tesouraria;
3. Sempre que possível procura diversificar fontes de financiamento e também maturidades, procedendo igualmente a consolidações de passivo dentro das condicionantes conjunturais e de mercado;
4. Tem presente os princípios orientadores para o sector, tentando antecipar contingências e reportando às Tutelas as previsões e execuções em curso;
5. E, por último, contrata com contrapartes credíveis, numa ótica de continuidade.

As responsabilidades com os cash flows futuros relativos aos empréstimos não correntes, são os seguintes:

Anos	Juros	Reembolso	Cash-flow
2014	4.675.865,56	120.000.000,00	124.675.865,56
2015	342.665,56		342.665,56
2016	342.665,56		342.665,56
2017	342.665,56		342.665,56
2018	342.665,56		342.665,56
2019	342.665,56		342.665,56
2020	342.665,56		342.665,56
2021	342.665,56		342.665,56
2022	171.332,78	100.000.000,00	100.171.332,78
	7.245.857,22	220.000.000,00	227.245.857,22

Reportado a 31 de dezembro de 2013, o Grupo possuía cerca de 174 milhões de euros de linhas de curto prazo, disponíveis para utilização.

17.4.1.5. Risco de crédito

A política de gestão do risco de crédito tem por objetivo garantir a cobrança do crédito sobre terceiros concedido no âmbito da sua atividade principal e prestações de serviço acessórias, a cuja exposição o Grupo está sujeito, pretendendo-se que o crédito seja liquidado em conformidade com as condições acordadas.

Para mitigar este risco o Grupo analisa e acompanha a carteira de crédito concedido, implementando procedimentos tendentes a diminuir as situações de incumprimento.

Entende-se que, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as perdas por imparidade registadas, resultantes de dívidas a receber, refletem a realidade do risco de incobrabilidade assumido.

Detalhe da rubrica de Clientes e Outros devedores, atendendo ao seu vencimento e recuperabilidade:

	2013	2012
Cientes c/c	2.128.913,39	1.944.288,98
Sem registo de imparidade		
Cientes c/c	2.115.880,77	1.934.495,98
Não vencido	2.027.786,78	1.604.253,15
Vencido	88.093,99	330.242,83
<30	1.594,50	6.065,75
<60	2.492,95	5.321,05
<90	2.096,58	2.842,35
<120	3.429,70	20.839,32
<180	4.312,95	1.871,88
>=180	74.167,31	293.302,48
Com registo de imparidade		
Cientes c/c	13.032,62	9.793,00
Vencido	13.032,62	9.793,00
>=180	13.032,62	9.793,00

	2013	2012
Outros devedores	2.156.660,16	2.164.811,13
Sem registo de imparidade		
Outros devedores	1.239.729,46	1.251.468,59
Não vencido	256.524,68	179.914,42
Vencido	983.204,78	1.071.554,17
<30	174.396,79	235.589,30
<60	110.560,18	95.932,91
<90	94.600,36	102.300,73
<120	174.807,23	133.241,56
<180	32.662,81	268.571,12
>=180	396.177,41	235.918,55
Com registo de imparidade		
Outros devedores	916.930,70	913.342,54
Não vencido	384,37	
Vencido	916.546,33	913.342,54
<90	307,50	
<180	230,62	
>=180	916.008,21	913.342,54

As dívidas em mora há mais de 90 dias são essencialmente de entidades de capitais exclusivamente públicos. As análises do risco de incobrabilidade foram efetuadas, tendo sido reforçadas as imparidades, no exercício de 2013 e 2012, em 6.827,78 euros e 13.493,00 euros, respetivamente, para dívidas de clientes e outros devedores. Desta forma, em 31 de dezembro de 2013, as imparidades clientes e outros devedores ascendem a 929.963,32 euros

17.4.2. *Covenants*

Na contratação das operações financeiras, o Grupo diligencia no sentido de aceitar menores restrições contratuais possíveis no que diz respeito nomeadamente à livre disponibilização do seu património e à titularidade do seu capital. O Grupo tem como política negociar e aceitar apenas as cláusulas contratuais que correspondam ao standard de mercado, limitada sempre à sua capacidade de negociação.

A generalidade dos contratos de financiamento em vigor têm, no seu clausulado, um conjunto de “covenants” habitual, e que prevê as situações habitualmente designadas de default, cross default, negative pledge e pari passu, acordadas e aceites pelas contrapartes.

Há a assinalar também a existência de cláusulas de ownership do Estado Português.

Os “covenants” acordados não têm, na generalidade, correspondência em termos de indicadores, com exceção das cláusulas de ownership que obrigam à detenção do capital de empresa integralmente pelo Estado Português, ou noutros casos, à maioria de detenção, ou seja, mais de 50% do mesmo capital.

18. Responsabilidades por benefícios de reforma e invalidez

O Grupo possui, desde 1 de maio de 1975, um plano de benefícios definido que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez a todos os trabalhadores da STCP com contrato de trabalho sem termo, celebrado até ao ano de 2005 inclusive, calculado com base numa fórmula fixada e pago desde que o somatório da pensão atribuída pela Segurança Social com o respetivo complemento não ultrapasse os 650 euros (valor em vigor desde 2007).

A lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, no seu artigo 75º, veio consagrar novas regras a aplicar ao pagamento de complementos de pensões por parte das empresas do sector público empresarial que tenham apresentado resultados líquidos negativos nos três últimos exercícios, apurados a 1 de janeiro do corrente ano. Estas novas regras impõem que unicamente poderão continuar a ser pagos os complementos de reforma que somados às pensões auferidas pelo beneficiário (da Segurança Social ou da Caixa Geral de Aposentações ou de outro sistema de proteção social) sejam iguais ou inferiores a 600 euros, e apenas será admissível o pagamento de complementos de pensão em relação a situações já constituídas a 31 de Dezembro de 2013.

Por força do seu capital ser exclusivamente público, a STCP é considerada uma empresa pública do sector público empresarial, de acordo com o disposto nos artigos 2º, 5º e 9º do decreto-lei nº 133/2013, de 3 de outubro. Cumulativamente tem vindo a apresentar resultados líquidos negativos nos últimos 3 anos. Assim, o regime previsto no art.º 75 da lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, aplica-se à STCP.

Pelos motivos expostos, à data de 31 de dezembro de 2013, o cálculo das responsabilidades assumidas pelo Grupo com o plano de benefícios definidos foi ajustado tendo por base as alterações impostas pela lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro.

Em dezembro de 1998 o Grupo transferiu a sua responsabilidade para o Fundo de Pensões BPI - Aberto, procedendo com a assinatura do contrato de adesão a uma dotação inicial de 3.042.667 euros, correspondente a 304.158,66 unidades de participação.

A 31 de dezembro de 2013 e de 2012, de acordo com o estudo atuarial levado a efeito pelo BPI PENSÕES, o valor presente das obrigações assumidas com responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez era o seguinte:

	2013	2012
Custo com serviços passados de reformados	1.983.302,00	2.989.571,00
Custo com serviços passados ativos		
Responsabilidade do fundo	1.983.302,00	2.989.571,00

A avaliação atuarial das responsabilidades, em 2013 e 2012, utilizou o método da unidade de crédito projetada e teve por base os seguintes pressupostos atuariais:

Principais pressupostos	2013	2012
Pressupostos financeiros		
Taxa de desconto	2,50%	2,50%
Taxa de inflação	1,75%	1,75%
Taxa de crescimento dos salários	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de crescimento das pensões da Segurança Social (*)	1,75%	1,75%
Taxa de crescimento das pensões da STCP	Pela Lei 83-C/2013, a taxa de crescimento passa a ser nula	Igual à taxa de crescimento das pensões da Seg. Social com limite da diferença entre o valor do teto e a pensão da Seg. Social
Taxa de crescimento do teto (**)	Sem crescimento, valor fixo de 600,00 Euros	Sem crescimento, valor fixo de 650,00 Euros
Pressupostos demográficos		
Tábua de mortalidade	Tábua francesa TV 73/77	Tábua francesa TV 73/77
Tábua de invalidez	Não aplicável	Não aplicável

(*) Nos anos anteriores a 2001 era de 1%, no longo prazo.

(**) Nos anos anteriores a 2001 o teto era de 548,68 euros. De 2001 até 2006 inclusive, passou a 598,56 euros. De 2007 até 31-12-2013, o teto era de 650 euros. Em 31-12-2013, pelo art.º 75 da Lei 83-C/2013, passou a 600 euros.

Movimentos no Fundo de Pensões a 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	2013	2012
Valor dos ativos no fundo no início do exercício	2.002.655,00	2.110.582,00
Contribuições empresa		238.288,00
Pensões pagas	-478.415,00	-497.949,00
Rendimento efetivo	61.875,00	151.734,00
Valor dos ativos no fundo no final do exercício	1.586.115,00	2.002.655,00

À data do encerramento das contas, de acordo com o atual nível de financiamento, não se estima contribuições para o fundo no ano de 2014.

Alterações verificadas nas responsabilidades assumidas por complementos de pensões de reforma e invalidez a 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	2013	2012
Responsabilidades no início do exercício	2.989.571,00	2.932.811,00
Custo com serviços correntes		
Custo dos juros sobre as responsabilidades	68.578,00	126.812,00
Pensões pagas	-478.415,00	-497.949,00
Perdas e (Ganhos) atuariais de experiência	152.251,00	95.914,00
Perdas e (Ganhos) alteração taxa desconto		331.983,00
Perdas e (Ganhos) de cortes/alterações no plano	-748.683,00	
Responsabilidades no final do exercício	1.983.302,00	2.989.571,00

Uma alteração na taxa de desconto para menos 1% resultaria num aumento das responsabilidades assumidas por complementos de pensões de reforma e invalidez em 111.895 euros, e uma

alteração na taxa de desconto para mais 1% resultaria numa diminuição das responsabilidades assumidas por complementos de pensões de reforma e invalidez em 100.165 euros.

Uma alteração na taxa de crescimento das pensões para mais 1% resultaria num aumento das responsabilidades assumidas por complementos de pensões de reforma e invalidez em 415.055 euros, e uma alteração na taxa de crescimento das pensões para menos 1% resultaria numa diminuição das responsabilidades assumidas por complementos de pensões de reforma e invalidez em 347.623 euros.

No decurso dos exercícios de 2013 e de 2012, as responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez, reconhecidos quer na demonstração de resultados, na rubrica Gastos com o pessoal, quer diretamente nos capitais próprios, foram as seguintes:

	2013	2012
Reconhecidos na demonstração de resultados	-724.011,00	39.056,00
Custos com serviços correntes		
Custo líquido dos juros	24.672,00	39.056,00
Perdas e (Ganhos) de alterações no plano de benefícios definidos	-748.683,00	
Reconhecidos nos capitais próprios	134.282,00	363.919,00
Remensuração do passivo (ativo) líquido de benefícios definidos	134.282,00	363.919,00
Perdas e (Ganhos) atuárias	152.251,00	95.914,00
Perdas e (Ganhos) de rendimento	-17.969,00	-63.978,00
Perdas e (Ganhos) benefícios (pensões)		
Perdas e (Ganhos) alteração taxa desconto		331.983,00
	-589.729,00	402.975,00

Evolução do valor presente da obrigação de benefícios definidos, nos últimos 5 anos, no justo valor de ativos do plano e do excedente ou défice do plano:

Ano	Responsabilidades do fundo	Valor dos ativos no fundo	Défice/Superavit do fundo	Taxa de cobertura do fundo
2009	3.491.295,00	2.626.274,00	-865.021,00	75%
2010	3.267.798,00	2.338.541,00	-929.257,00	72%
2011	2.932.811,00	2.110.582,00	-822.229,00	72%
2012	2.989.571,00	2.002.655,00	-986.916,00	67%
2013	1.983.302,00	1.586.115,00	-397.187,00	80%

Composição do Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização a 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

Composição	2013		2012	
	Valor	%	Valor	%
Ações	571.001	36,0%	696.924	34,8%
Imobiliário	682.029	43,0%	34.045	1,7%
Obrigações Taxa Indexada	95.167	6,0%	152.202	7,6%
Obrigações Taxa Fixa	31.722	2,0%	875.160	43,7%
Retorno Absoluto	31.722	2,0%	10.013	0,5%
Liquidez	174.473	11,0%	234.311	11,7%
	1.586.115		2.002.655	

A 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o valor patrimonial da adesão do Grupo ao Fundo de Pensões BPI Aberto BPI Valorização era respetivamente de 1.586.115 euros e de 2.002.655 euros, representando 1,1% e 1,4% do valor total do Fundo de Pensões.

O Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização não tem, na sua composição, ativos do Grupo.

19. Ajustamentos de ativos

Movimento ocorrido nos ajustamentos de ativos, nos anos de 2013 e 2012:

Rubricas	Saldo 01.01.13	Aumentos	Diminuições	Saldo 31.12.13
Ajustamentos acumulados de dívidas de clientes	9.793,00	3.239,62		13.032,62
Ajustamentos acumulados de outras dívidas de terceiros	913.342,54	3.588,16		916.930,70
Ajustamentos acumulados de inventários	761.626,56	439.857,82		1.201.484,38
	1.684.762,10	446.685,60		2.131.447,70

Rubricas	Saldo 01.01.12	Aumentos	Diminuições	Saldo 31.12.12
Ajustamentos acumulados de dívidas de clientes		9.793,00		9.793,00
Ajustamentos acumulados de outras dívidas de terceiros	909.642,54	3.700,00		913.342,54
Ajustamentos acumulados de inventários	128.986,77	632.639,79		761.626,56
	1.038.629,31	646.132,79		1.684.762,10

Os ajustamentos acumuladas relativos a outras dívidas de terceiros, que transitam de exercícios anteriores, referem-se à dívida a seguir indicada:

- 910 milhares de euros relativos à indemnização, debitada ao Município do Porto, pelos custos diretos sofridos pela STCP com a remoção da via férrea de tração elétrica nos troços compreendidos entre a Praça Cidade S. Salvador e a Praça Gonçalves Zarco.

O aumento dos ajustamentos em inventários deve-se essencialmente à descontinuação do tarifário monomodal ocasional sem contacto a partir de 1 de janeiro de 2013 e materiais relativos à via e rede cujo valor realizável líquido é inferior ao seu custo de aquisição.

20. Provisões

Foram constituídas as seguintes provisões:

- Processos judiciais em curso: de acordo com os encargos que o Grupo poderá vir a suportar por processos pendentes no final de cada exercício em Tribunal e correspondendo ao valor previsível global.
- Acidentes de trabalho e doenças profissionais: de acordo com os encargos que o Grupo deverá vir a suportar no futuro pelas pensões vigentes em 31 de dezembro de 2013. Até fevereiro de 1998, o Grupo foi auto-segurador relativamente a estes acidentes, existindo no entanto um seguro parcial para grandes riscos. A partir de 1 de março de 1998, o Grupo transferiu para uma seguradora a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho, com franquia de 30 dias. A partir de 1 de março de 2009, a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho deixou de contemplar franquia.
- Outros riscos e encargos: de acordo com os encargos que o Grupo poderá vir a suportar por processos de sinistros ocorridos, da sua responsabilidade, pendentes em 31 de dezembro de 2013, bem como por encargos decorrentes de outros riscos existentes nessa mesma data (nomeadamente para fazer face aos compromissos assumidos com prejuízos em associadas).

Movimento ocorrido nas provisões, nos anos de 2013 e 2012:

Rubricas	Saldo 01.01.13	Aumentos	Diminuições	Saldo 31.12.13
Processos judiciais em curso	2.838.551,87	2.556.226,27		5.394.778,14
Acidentes de trabalho e doenças profissionais.	475.294,01		11.408,02	463.885,99
Outros riscos e encargos	3.555.695,81	11.331,00	163.922,26	3.403.104,55
	6.869.541,69	2.567.557,27	175.330,28	9.261.768,68

Rubricas	Saldo 01.01.12	Aumentos	Diminuições	Saldo 31.12.12
Processos judiciais em curso	1.886.497,02	952.054,85		2.838.551,87
Acidentes de trabalho e doenças profissionais.	484.691,43		9.397,42	475.294,01
Outros riscos e encargos	1.612.414,10	1.965.819,50	22.537,79	3.555.695,81
	3.983.602,55	2.917.874,35	31.935,21	6.869.541,69

O Grupo tem pendentes contra si dois processos judiciais cujos valores são materialmente relevantes, mas não provisionados:

- Processo judicial em que é autor o Município do Porto, proposto também contra o Estado Português, no qual é reivindicado parte do património imobiliário da empresa.
- Processo Judicial, instaurado pela ANTROP, contra o Estado Português, sendo contra interessadas a STCP, SA e a CARRIS, no qual se pede a anulação da decisão do Conselho de Ministros nº 52/2003, de 27 de março, que atribuiu àqueles operadores, no ano de 2003, as Indemnizações Compensatórias.

Trata-se, nestes dois casos, de processos cuja responsabilidade é do Estado Português, respetivamente na sua qualidade de acionista e de responsável pela compensação do serviço público.

O facto de o Grupo não ter efetuado o provisionamento de quaisquer valores no que respeita aos processos judiciais referidos decorre do seu entendimento sobre a responsabilidade última das matérias em litígio:

- No processo intentado pelo Município do Porto contra a STCP e o Estado Português acerca da propriedade dos terrenos e outros ativos imobiliários integrados no património da empresa aquando da sua transformação em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos em 1994, por transformação do então ainda designado Serviço de Transportes Coletivos do Porto, tem a empresa a convicção que o desfecho deste processo judicial será a confirmação de que os ativos em causa lhe pertencem e que, em diferente resultado, é ao Estado e não à empresa que incumbe a solução prevista também na petição inicial: pagar uma indemnização ao Município equivalente ao valor que for atribuído ao(s) imóvel (imóveis) que eventualmente a sentença final viesse a decidir pertencer (em) a este último. Esta ação encontra-se ainda numa fase de avaliação sobre se o Tribunal tem competência para julgar este processo, não sendo expectável desfecho definitivo nos próximos anos.
- No processo movido pela ANTROP contra o Estado Português e contra a STCP e Carris sobre a atribuição, em 2003, dos montantes das Indemnizações Compensatórias às duas empresas, o Estado já dispõe dos dados necessários para comprovar que a verba atribuída à STCP (única que nos compete saber) não foi sequer suficiente para cobrir os custos a mais suportados com o serviço de natureza social que lhe é imposto, realizado nesse ano. O montante que pudesse eventualmente ser objeto de devolução ao Estado Português deveria ser atribuído à STCP e poderia sê-lo nomeadamente como aumento de capital, na sua qualidade de acionista único.

Do acima exposto, podemos concluir que estes passivos são contingentes porque a possibilidade de ocorrência de qualquer reembolso futuro é inferior a 50% bem como não é possível estimar o montante dos reembolsos futuros nem o seu prazo de ocorrência. Desta forma não é possível calcular uma estimativa do seu efeito financeiro.

21. Fornecedores e outros credores

Detalhe da mora das dívidas a fornecedores e outros credores, em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012
Fornecedores c/c	3.897.713,69	4.300.427,06
Não vencido	2.817.722,01	3.562.843,45
Vencido	713.068,76	366.304,75
<30	193.490,34	206.637,57
<60	53.311,25	30.706,04
<90	39.451,61	32.236,81
<120	17.328,03	8.728,16
<180	58.292,66	30.769,45
>=180	351.194,87	57.226,72
Em recepção e conferência	366.922,92	371.278,86
Fornecedores de investimento	28.801,74	77.244,00
Não vencido	12207,36	
Vencido	16.594,38	77.244,00
<30	16.594,38	77.244,00
<60		
<90		
<120		
<180		
>=180		
Outros credores	232.245,92	475.054,17
Não vencido	110.284,68	110.433,92
Vencido	121.961,24	364.620,25
<30	94.278,20	648,85
<60	354,47	557,97
<90	12.566,47	4,47
<120	66,47	0,64
<180	132,94	1,28
>=180	14.562,69	363.407,04

As dívidas de fornecedores e contas a pagar foram registadas ao seu valor nominal porque não vencem juros e, por outro lado, o efeito do seu desconto financeiro não é material, tendo em conta o prazo médio de pagamento aplicável (o qual é puramente comercial: 60 dias);

22. Outras contas a pagar

Detalhe das outras contas a pagar em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012
Outras dívidas a terceiros	1.290.936,32	1.440.812,32
Adiantamento a clientes e saldos credores clientes e out. devedores	2.417,07	1.978,33
Estado e outros entes públicos (*)	906.459,44	764.467,26
IRS/IRC retido a terceiros	286.176,27	177.484,50
Contribuições p/ sistemas de Seg. Social	608.014,37	583.915,56
Outros impostos e taxas	12.268,80	3.067,20
Pessoal	121.012,15	122.068,56
Fornecedores de imobilizado	28.801,74	77.244,00
Outros credores	232.245,92	475.054,17
Outros passivos correntes (*)	8.294.595,53	4.988.476,24
Acréscimo de gastos	5.979.652,15	3.437.065,81
Materiais e serviços consumidos	2.383.917,69	1.311.222,37
Remunerações a liquidar	3.481.740,31	2.033.160,84
Impostos a liquidar	88.701,87	77.211,64
Outros acréscimos de gastos	25.292,28	15.470,96
Rendimentos e ganhos diferidos	2.314.943,38	1.551.410,43
Prestações de serviços	401.476,87	322.931,14
Outros rendimentos diferidos	1.913.466,51	1.228.479,29
Outras contas a pagar correntes	9.585.531,85	6.429.288,56

(*) Não abrangidos pela IFRS7

23. Capitais próprios

23.1. Capital nominal

O capital social da STCP, S.A., no valor de 79.649 milhares de euros, encontra-se totalmente realizado. O capital social é representado por 15.929.800 ações em forma meramente escritural, com o valor nominal de 5 euros. O Estado Português é detentor de 100% do capital social do Grupo.

23.2. Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis

Movimento ocorrido no excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos anos de 2013 e 2012:

	Ativos fixos tangíveis
Saldo a 01.01.2012	44.633.102,87
Amortizações	-729.647,39
Reversão da Revalorização	-4.769.400,09
Aumento da Revalorização	1.614.586,64
Saldo a 31.12.2012	40.748.642,03
Amortizações	-913.671,57
Reversão da Revalorização	-25.330,00
Saldo a 31.12.2013	39.809.640,46

24. Rédito das vendas e dos serviços prestados

Detalhe das vendas e dos serviços prestados em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012
Rédito dos serviços prestados	46.321.490,66	50.166.640,33
Transporte público de passageiros (*)	46.200.031,41	49.941.273,86
Circuitos turísticos	0,00	94.826,14
Aluguer de autocarros	50.550,00	70.913,51
Aluguer de carros eléctricos	70.909,25	59.626,82

A totalidade do rédito dos serviços prestados foi realizada no mercado nacional.

(*) As subvenções públicas estão definidas no Decreto-Lei nº 167/2008, de 26 de agosto, que estabelece dois tipos de subvenções: indemnizações compensatórias e outros tipos de subvenção.

As indemnizações compensatórias caracterizam-se por pagamentos efetuados com verbas do Orçamento do Estado a entidades públicas e privadas, que se destinam a compensar custos de exploração resultantes de prestação de serviços de interesse geral (art.º 3º do Decreto-Lei 167/2008). O conceito de interesse geral exige, entre outras, obrigações de praticar serviços que tenham uma natureza universal e garantam a acessibilidade em termos de preços à generalidade dos cidadãos (art.º 4º).

Por outro lado, o mencionado Decreto-Lei admite outros tipos de subvenção através de acordos ou contratos com o Estado, mas exclui as subvenções de carácter social concedidas a pessoas singulares. Obriga, contudo, o Estado à publicitação das importâncias concedidas ao abrigo de tais acordos ou contratos realizados com as Entidades.

O Grupo celebrou três acordos com o Estado que não contemplam indemnizações compensatórias, porquanto não cumprem a definição de indemnização compensatória acima mencionada.

Esses acordos têm em vista a prestação de serviços por tarifas mais económicas a pessoas singulares com determinadas condicionantes de ordem social. O Estado reembolsa o Grupo por parte do desconto no preço praticado nestas tarifas cuja responsabilidade assume.

O acordo para a implementação do tarifário social no sistema intermodal Andante foi assinado em 29/06/2006, o acordo para o tarifário 4_18@escola.tp foi celebrado em 29/01/2009 e o acordo para o tarifário sub23@superior.tp foi celebrado em 01/09/2010.

Para além destes três acordos, e por via da Portaria 272/2011 de 23 de setembro, foi criado ainda o título de transporte intermodal "Passe Social+", destinado a pessoas singulares cujo agregado familiar aufera rendimentos comprovadamente reduzidos.

Assim, o Grupo reconhece estas subvenções, ao abrigo desses contratos com influência tarifária, na rubrica Rédito das vendas e dos serviços prestados - transporte público de passageiros.

25. Outros rendimentos e ganhos operacionais

Detalhe dos outros rendimentos operacionais em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012
Rendimentos suplementares	1.941.082,46	2.029.085,02
Subsídios à exploração	11.832.310,39	10.728.612,45
Regularização de existências	52.605,34	44.398,90
Indemnizações de sinistros recebidas	233.898,19	288.937,20
Outros subsídios	12.850,46	146.457,13
Ganhos em investimentos não financeiros	249.693,70	
Ganhos com ativos fixos tangíveis e intangíveis	22.890,80	71.433,18
Benefícios e penalidades contratuais	242.144,38	240.547,25
Outros rendimentos operacionais	107.223,39	82.251,53
	14.694.699,11	13.631.722,66

A empresa-mãe está sujeita a um regime de preços administrativos, o que implica a atribuição pelo Governo de indemnizações compensatórias não reembolsáveis para financiar parcialmente as suas operações no cumprimento das suas obrigações de serviço público. O Grupo segue o critério de registar como subsídios à exploração as indemnizações compensatórias no exercício em que as mesmas são atribuídas.

26. Rendimentos e ganhos financeiros

Detalhe dos rendimentos financeiros em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

Juros e outros ganhos financeiros	2013	2012
Juros obtidos	652,98	6.108,96
Descontos de pronto pagamento obtidos	573,07	11.281,88
Rendimentos e ganhos com propriedades investimento	247.442,64	252.517,56
Outros rendimentos financeiros correntes	1,93	1,44
	248.670,62	269.909,84

Ajustamentos positivos e mais-valias de instrumentos financeiros	2013	2012
Ajustamentos positivos nas propriedades de investimento	4.130,00	
Ajustamentos positivos nos instrumentos financeiros (nota 17.3)	12.591.639,28	
	12.595.769,28	

De referir que, em 2013, os ajustamentos positivos nos instrumentos financeiros incluem o montante de 7.717 mil euros relativos ao gasto com a liquidação antecipada, por acordo das partes em 9 de Maio de 2013, de um dos instrumentos financeiros derivado.

27. Materiais e serviços consumidos

Detalhe dos materiais e serviços consumidos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012
Subcontratos	1.018.689,22	4.731.920,57
Combustíveis	9.479.264,93	10.324.171,76
Rendas e alugueres	5.513.331,27	5.943.772,32
Conservação e reparação	3.218.566,73	3.328.684,08
Comissões	1.939.998,02	1.990.637,76
Comunicações	197.148,37	360.685,66
Electricidade	520.133,65	519.369,55
Seguros	493.847,54	579.172,99
Honorários	76.405,03	75.348,54
Trabalhos especializados	324.824,26	899.532,40
Publicidade e propaganda	13.593,56	27.581,70
Comunicação e informação ao público	18.281,66	24.272,02
Limpeza, higiene e conforto	1.015.151,84	1.105.397,00
Vigilância e segurança	259.394,02	300.533,15
Fiscalização da receita	380.160,00	380.160,00
Outros materiais e serviços consumidos	377.779,03	418.401,00
	24.846.569,13	31.009.640,50

28. Outros gastos e perdas operacionais

Detalhe dos outros gastos operacionais em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012
Impostos e taxas	170.580,34	100.864,99
Regularização de existências	5.629,59	6.448,22
Indemnizações de sinistros de autocarros	454.393,97	886.983,73
Perdas com activos fixos tangíveis e intangíveis	75.248,87	21.775,61
Quotizações	9.869,00	49.890,75
Donativos	74.734,00	82.616,76
Multas e penalidades contratuais	2.356,90	39.441,16
Outros gastos operacionais	80.094,07	359.472,58
	872.906,74	1.547.493,80

29. Gastos com pessoal

Detalhe dos gastos com pessoal em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012
Remunerações dos órgãos sociais	166.973,70	271.331,23
Remunerações do pessoal	25.462.607,47	22.786.895,41
Pensões de acidente de trabalho e doenças profissionais	48.122,27	47.539,29
Gastos com prémios para pensões e benefícios de reforma (*)	-724.011,00	402.975,00
Encargos com remunerações	5.770.092,81	5.049.897,57
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	262.061,72	278.114,98
Gastos com acção social	229.085,97	276.716,37
Indemnizações com cessações de trabalho	211.222,77	1.846.711,08
Outros gastos com o pessoal	77.695,46	90.449,32
	31.503.851,17	31.050.630,25

(*) Em 2012, e para efeitos comparativos com o ano de 2013, com a aplicação da nova política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais de planos de benefícios definidos, esta rubrica seria de 39.056,00 euros e o total dos gastos com o pessoal seriam de 30.686.711,25 euros.

Mantém-se as medidas de contenção remuneratória aplicadas às empresas do setor empresarial do estado, que se verifica desde 2010, decorrentes da aplicação das leis nº 55-A/2010 e nº 64-B/2011 e 66-B/2012, que obrigam e regulamentam a redução remuneratória a todos os trabalhadores cuja remuneração mensal líquida seja superior a 1.500 euros, o congelamento das progressões na carreira em termos remuneratórios, e a redução do efetivo.

No exercício de 2013, não é possível verificar esta tendência de redução devido ao impacto do reconhecimento em 2013 dos efeitos da aplicação do acórdão nº187/2013, de 5 de abril, do Tribunal Constitucional, que declarou, com força obrigatória geral, inconstitucional a norma do artigo 29º da Lei 66-B/2012 de 31 de Dezembro, e determinou o pagamento pelo Grupo, do subsídio de férias ou quaisquer prestações correspondentes ao 14º mês, bem como da aplicação da lei n.º 66-B/2012, que repôs o pagamento integral do subsídio de natal desde 01.01.2013.

Assim, o exercício de 2013 sofreu um agravamento no montante de 3.161 milhares euros, relativos ao reconhecimento do gasto adicional com o subsídio de férias do ano de 2012 e 2013, bem como do gasto adicional com subsídio de natal relativo a 2013, no montante de 1.600 milhares de euros.

30. Gastos e perdas financeiros

Detalhe dos gastos e perdas financeiros em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

Juros e outros gastos e perdas financeiras	2013	2012
Juros suportados	18.894.813,78	19.033.567,22
Despesas e descontos com emissão financiamento	34.419,93	36.151,28
Outras despesas financeiras com o financiamento	2.421.329,84	1.882.032,06
Diferenças de câmbio desfavoráveis	55,54	
Gastos e perdas em propriedades investimento	34.837,99	17.552,67
Outros gastos e perdas financeiras	15.298,26	20.636,47
	21.400.755,34	20.989.939,70

Ajustamentos negativos e menos-valias de instrumentos financeiros	2013	2012
Ajustamentos negativos nas propriedades de investimento	240.700,00	309.000,00
Ajustamentos negativos nos instrumentos financeiros (nota 17.3)		42.269.392,38
	240.700,00	42.578.392,38

31. Responsabilidades por garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 as responsabilidades assumidas com garantias prestadas a terceiros eram as seguintes:

Beneficiário da Garantia	Descrição	2013	2012
Tribunais de Trabalho	Pensões de Acidentes de trabalho	447.430,41	447.430,41
		447.430,41	447.430,41

32. Partes relacionadas

As participadas do Grupo têm relações entre si que se qualificam como transações com partes relacionadas, as quais foram efetuadas a preços de mercado.

Nos procedimentos de consolidação as transações entre empresas incluídas na consolidação pelo método de integração global são eliminadas, uma vez que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam informação da detentora e das suas subsidiárias como se de uma única empresa se tratasse.

Os saldos e transações durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 com entidades relacionadas e não consolidadas, ou consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, tinham o seguinte detalhe:

Entidades relacionadas	2013			
	Contas a receber	Contas a pagar	Custos operacionais	Proveitos operacionais
Metro do Porto, S.A.	62.577,50	58.824,90	51.900,00	242.670,67
TIP, ACE	2.469.119,50	620.646,37	994.638,86	37.392.786,89
OPT		27.060,00	77.819,96	

Entidades relacionadas	2012			
	Contas a receber	Contas a pagar	Custos operacionais	Proveitos operacionais
Metro do Porto, S.A.	24.281,96	44.871,83	36.425,15	221.960,76
TIP, ACE	1.821.168,81	341.390,71	1.781.957,53	42.363.394,24
OPT		23.677,50	73.470,00	

As remunerações do pessoal chave da gestão do Grupo, nos exercícios findos em 2013 e 2012, encontram-se descritos no ponto 1.3.3 (Remunerações dos órgãos sociais) deste relatório e contas.

33. Número de pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o efetivo médio ao serviço das empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral foi de 1.245 e 1.290, respetivamente.

34. Resultados por ação

Cálculo dos resultados por ação no ano de 2013 e 2012:

	2013	2012
Resultados líquidos do período	-14.799.183,72	-74.025.264,53
Nº médio ponderado de ações	15.929.800	15.929.800
Resultado por ação básico	-0,93	-4,65

35. Capital próprio negativo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o Grupo incorreu num prejuízo de 14.799.183,72 euros verificando-se que, nessa data, o seu passivo total excede o seu ativo total em 423.685.936,40 euros.

Apesar de apresentar continuamente resultados negativos, é entendimento do Grupo STCP que, por desenvolver um serviço de interesse geral, com uma quota relevante de serviço social, desempenha um papel vital na mobilidade da Área Metropolitana do Porto, garantido dessa forma o empenhamento do Acionista para a manutenção da atividade da empresa.

36. Acontecimentos após a data do balanço

Em 5 de Abril de 2013, foi proferido o Acórdão n.º 187/2013 do Tribunal Constitucional que declarou, com força obrigatória geral, inconstitucional a norma do artigo 29º da lei 66-B/2012 de 31 de dezembro. Essa decisão determinou o pagamento pelo Grupo do subsídio de férias ou quaisquer prestações correspondentes ao 14º mês. Assim, o exercício de 2013 viu os seus gastos com pessoal agravados em 1.651.445,25 euros relativos ao subsídio de férias do exercício de 2012.

37. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais, do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas de acordo com o normativo contabilístico português, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de abril de 2014.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 elaboradas de acordo com o normativo internacional, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de abril de 2014.

Ambas serão colocadas para aprovação na Assembleia-geral de Acionistas.

Porto, 24 de abril de 2014

O Técnico Oficial de Contas n.º 6622

O Conselho de Administração

Presidente não executivo

Vogais executivos

Vogal não executivo

4 Declaração de Conformidade da Informação Financeira Apresentada

Nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários, declaramos que as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2013 e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei e ainda que não tenham sido submetidos a aprovação em assembleia geral, tanto quanto é do nosso conhecimento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da STCP, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e bem ainda, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição das referidas entidades e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Porto, 24 de abril de 2014

O Conselho de Administração

Presidente não executivo:

(João Velez Carvalho)

Vogais executivos:

(André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira)

(Alfredo César Vasconcellos Navio)

Vogal não executivo:

(António José Lopes)

5 Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº53
Registada na CMM com o nº.1975
Contribuinte nº.502 138 394*

Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório Consolidado de Gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, da “Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.”, as quais compreendem: a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de 90 461 milhares de euros e um total de capital próprio negativo de 423 686 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 14 799 milhares de euros), a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração do rendimento integral consolidado, a demonstração das alterações no capital próprio consolidado e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração

- a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados;
- b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
- c) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
- e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade e a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou o seu resultado e rendimento integral.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;



Página 1 de 3

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53
Registada na CMM com o n.º 1975
Contribuinte n.º 502 138 394*

- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e
- a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da "Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A." em 31 de dezembro de 2013, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório Consolidado de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o Relatório do Governo das Sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Ênfases

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo n.º 7 acima, chamamos a atenção para as situações seguintes:

9.1 - A Empresa, incluindo o grupo de subsidiárias e associadas, apresentou, no exercício, a posição negativa do seu capital próprio. Tal situação configura um incumprimento do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. O Conselho de Administração, que preparou o aviso convocatório da próxima Assembleia Geral Anual, propõe, no ponto 4 da Ordem de Trabalhos, deliberação sobre este assunto.



ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº53
Registada na CMVM com o nº.1975
Contribuinte nº.502 138 394*

9.2 - A Empresa mantém sucessivos resultados negativos de exercício, os quais contribuem para o crescente avolumar da situação de capitais próprios negativos. Não obstante essa circunstância, em nosso entendimento, a continuidade das operações não está em causa, atendendo ao facto do capital realizado pertencer integralmente ao Estado, a Empresa prestar um serviço público que incorpora uma quota parte de serviço de cariz social significativa e imprescindível e, tal como descrito no ponto 1.2.4 do Relatório Consolidado de Gestão, estarem previstas para 2014 alterações significativas no modelo organizacional da Empresa que permitirão minimizar esta situação.

Porto, 7 de maio de 2014


António Magalhães & Carlos Santos - SROC, representada
por Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº 177

6 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

*RELATÓRIO ANUAL DO
CONSELHO FISCAL
SOBRE
O RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS DE 2013
DA
SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO
PORTO, S.A.*



1. Introdução

No cumprimento do estabelecido na alínea f) do n.º 1 do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 202/94, de 23 de julho, que rege a STCP, S.A. e aprovou os respectivos Estatutos, e em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vem o Conselho Fiscal emitir o seu Relatório anual sobre o Relatório de Gestão e Contas Consolidadas de 2013, elaborado pelo Conselho de Administração da STCP, S.A..

O Revisor Oficial de Contas Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos, representante da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, emitiu a respectiva Certificação Legal das Contas Consolidadas, em 7 de maio de 2014, que se anexa.

Na realização do seu trabalho o Conselho Fiscal obteve toda a cooperação necessária por parte dos membros do Conselho de Administração da Sociedade, e dos respetivos colaboradores, indispensável à elaboração do presente Relatório.

2. Caracterização do Grupo STCP

O Grupo STCP era constituído, em 31 de dezembro de 2013, pela STCP, S.A. e pela STCP Serviços Transportes Urbanos Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda..

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos (detida 100% pelo Estado Português), criada pelo Decreto-Lei n.º 202/94, de 23 de julho, cujo objeto principal é a exploração do transporte público rodoviário coletivo de passageiros na Área Metropolitana do Porto (AMP) e acessoriamente a exploração de atividades complementares ou subsidiárias daquele objeto.

A STCP, S.A. detém 100% da participação da STCP SERVIÇOS – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda, sendo assim a única entidade que participa na gestão desta empresa.

A atividade do grupo STCP está consubstanciada na STCP, S.A., pois a STCP Serviços cessou a atividade operacional no primeiro trimestre de 2012.

Assim, a visão detalhada do grupo e o resultado das suas operações estão traduzidos no Relatório e Contas individuais da STCP, S.A..

Durante o exercício de 2013 a empresa cumpriu as orientações preconizadas na Lei 66-B/2012,

Designadamente, quanto à redução remuneratória dos trabalhadores e à contenção de despesas e do investimento.

Pelo despacho nº 2429/13-SET à STCP foi-lhe atribuída a autorização para a exceção ao cumprimento do princípio da unidade de tesouraria, atenta a relevância da banca comercial na sua atividade.

Em Outubro de 2013, foi publicado o Decreto-Lei nº 133/2013, que veio proceder a uma reestruturação do quadro normativo aplicável às empresas públicas de forma a torná-lo mais coerente e abrangente, com vista a submeter a um mesmo regime as matérias nucleares referentes a todas as organizações empresariais direta ou indiretamente detidas pelo estado, de natureza administrativa ou empresarial independentemente da forma jurídica que assumam.

Foi assim alargado o âmbito sectorial de aplicação do sector público empresarial e densificado o conceito de empresa pública, ficando a STCP, por força deste normativo, abrangida pelos princípios e regras preconizadas neste diploma.

Em 2013, no âmbito da certificação obtida em Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho, foi realizada a 2ª auditoria de acompanhamento, após obtida a renovação da certificação em 2011, que veio a confirmar um desempenho adequado, atestado pelos

níveis de eficácia refletidos nos resultados da revisão efetuada e pelo cumprimento dos objetivos.

Principais riscos identificados no relatório elaborado pelo Conselho de Administração:

- Inexistência de contratualização de Serviço Público;
- Aumento do regime concorrencial nas linhas;
- Ineficácia do regime de fiscalização relativamente à exclusividade de exploração do transporte público pela STCP, na cidade do Porto;
- Inexistência de solução para o reequilíbrio económico-financeiro;
- Instabilidade dos mercados financeiros;
- Instabilidade dos mercados petrolíferos aos quais estão indexados os principais consumos da empresa.

A gestão de riscos tem como objetivo garantir o crescimento sustentado do negócio e salvaguardar o valor da STCP através da adoção das melhores práticas.

A gestão de riscos está implementada na STCP de uma forma transversal, específica consoante o tipo de risco, através da sua política de gestão integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, cabendo a todos os colaboradores a responsabilidade de reduzir os fatores de risco, minimizando o seu impacto e identificando, sempre que possível, oportunidades de melhoria.

Em 2014 será lançado o concurso de subconcessão da operação da STCP. A abertura à iniciativa privada será definida através do modelo de concessão da atividade de operação e exploração do serviço de transporte público e tem por objetivo introduzir no sector uma maior focagem da gestão empresarial, na contenção de custos e na atração de novos clientes.

3. Análise do Relatório de Gestão e Contas Consolidadas de 2013

Do Relatório de Gestão e Contas Consolidadas de 2013 parece-nos de salientar o seguinte:

- Ao nível da Procura, a STCP transportou 78,7 milhões de passageiros em 2013, menos 7,5% (-6,4 milhões) do que no ano anterior. Considerando a procura proveniente da produção contratada, residual em 2013 e inexistente no final do ano, no montante de 1,7 milhões de passageiros, a procura global da STCP atingiu os 80,4 milhões de passageiros, em 2013.

Esta redução pode ser explicada por três causas principais:

1. A integração global na rede intermodal Andante veio permitir uma maior transferência de passageiros entre os diferentes modos de transporte na Área Metropolitana do Porto (AMP), contribuindo, assim, para um aumento generalizado das condições de mobilidade, situação essa, que afetou negativamente a procura da STCP;
2. De referir ainda, que ao longo de 2013 foi prosseguida uma política de racionalização da oferta, com ajustamentos adicionais de horários e frequências, para rentabilização dos recursos disponíveis; e
3. Acrescente-se a difícil conjuntura económica registada na AMP, com elevado índice de desemprego que, para além de contribuir para a redução de deslocações, poderá potenciar também a fraude.

O carro elétrico, assumindo claramente uma vertente turística, registou um aumento de passageiros de 6,9% (+25 mil passageiros), representando 0,5% da procura total em 2013;

- Apesar da procura em 2013 ter apresentado uma variação de -7,5%, a receita registou um ligeiro aumento de 0,3%, explicado pelo aumento tarifário que ocorreu no início de 2013, mas sobretudo pelo incremento da utilização do tarifário intermodal por parte dos clientes em detrimento do tarifário monomodal;
- A oferta da STCP atingiu 22,7 milhões de veículos km em 2013, apresentando uma redução de 171 mil veículos km face a 2012, i.e. menos 0,8%. Considerando a produção contratada, residual em 2013 no montante de 802 mil veículos km, a oferta global da STCP atingiu os 23,5 milhões de veículos km;

- A taxa de ocupação foi de 13,9% em 2013, apresentando uma diminuição de 0,9 p.p. em comparação com o ano anterior, resultado da diminuição de 7,4% dos passageiros km e de 1,2% dos lugares km.

Em 2013, o carro elétrico representou 0,5% da oferta total;

- Os resultados operacionais foram de -6 milhões de euros, representando uma melhoria de 44% face a 2012. Apesar da diminuição dos rendimentos operacionais em cerca de 2,9 milhões de euros, registou-se uma descida dos gastos operacionais em cerca de 7,5 milhões de euros;
- Em 5 de Abril de 2013, foi proferido o Acórdão n.º 187/2013 do Tribunal Constitucional que declarou, com força obrigatória geral, inconstitucional a norma do artigo 29º da Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro. Essa decisão determinou o pagamento pelo Grupo do subsídio de férias ou quaisquer prestações correspondentes ao 14º mês. Assim, o exercício de 2013 viu os seus gastos com pessoal agravados em 1.651.445,25 euros relativos ao subsídio de férias do exercício de 2012;
- Os resultados financeiros em 2013 foram negativos em 8,8 milhões de euros, representando uma melhoria de 86% face ao ano anterior, devido aos ganhos por aumento de justo valor com instrumentos financeiros derivados. Em 2013, os resultados financeiros sem swap, no montante de -21,4 milhões de euros, agravaram 1,7% face a 2012;
- O **Resultado líquido** consolidado do exercício, obtido pelo Grupo, em 2013, registou uma melhoria de 59 milhões de euros no resultado líquido face ao ano anterior, tendo-se obtido o resultado de **15 milhões de euros negativos**. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o Grupo incorreu num prejuízo de 14.799.183,72 euros verificando-se que, nessa data, o seu passivo total excede o seu ativo total em 423.685.936,40 euros. Apesar de apresentar continuamente resultados negativos, é entendimento do Grupo STCP que, por desenvolver um serviço de interesse geral, com uma quota relevante de serviço social, desempenha um papel vital na mobilidade da Área Metropolitana do Porto,

garantido dessa forma o empenhamento do Acionista para a manutenção da atividade da empresa;

- Em 2013, o ativo reduziu 3 milhões de euros (-3,2%) face a 2012;
- O passivo registou um aumento em 2013 de 12 milhões de euros (+2,4%) em comparação com 2012;
- O aumento do endividamento remunerado foi de 6,8%, o que excede o limite de endividamento de 4%, estabelecido no Despacho da SETF nº 510/2010, de 1 de junho;
- Em 2013 o Capital Próprio atingiu 424 milhões de euros negativos;
- Por fim, reiteramos as ênfases assinaladas na certificação legal e no relatório de auditoria das contas consolidadas, emitida pelo ROC da sociedade, quanto à situação de situação de incumprimento do estipulado no Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como, quanto à manutenção de sucessivos resultados negativos do exercício, com o conseqüente avolumar da situação de capitais próprios negativos.

4. Conclusão

Assim, considerando os elementos disponibilizados, o Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências, conclui que o Relatório de Gestão e Contas Consolidadas de 2013 responde às exigências legais aplicáveis, revelando a situação do grupo STCP, nas suas diversas vertentes, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia, sem prejuízo da análise feita pelo Conselho Fiscal acompanhar a opinião do Revisor Oficial de Contas, e reiterar as ênfases assinaladas na certificação legal, nomeadamente a situação de incumprimento do estipulado no Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 15 de maio de 2014.

O Presidente do Conselho Fiscal,



Os Vogais do Conselho Fiscal,

Ana Alexandra Freitas